



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**



**ZARA REGO DE SOUZA**

**A REELEIÇÃO DE PREFEITOS EM 2020: ELEITORADO, COLIGAÇÕES E  
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS**

**São Carlos/SP**

**2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

ZARA REGO DE SOUZA

**A REELEIÇÃO DE PREFEITOS EM 2020: ELEITORADO, COLIGAÇÕES E  
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar) como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciência Política.

**Orientadora:** Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Teresa Miceli Kerbauy

**São Carlos/SP**

**2023**

Souza, Zara Rego de

A reeleição de prefeitos em 2020: Eleitorado, coligações e organização partidária nas eleições municipais brasileiras / Zara Rego de Souza -- 2023.  
72f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Maria Teresa Miceli Kerbauy  
Banca Examinadora: Maria Socorro Sousa Braga, Vitor de Moraes Peixoto  
Bibliografia

1. Executivo municipal. 2. Organização partidária. 3. Coligações. I. Souza, Zara Rego de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

## **Folha de Aprovação**

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de  
Dissertação de Mestrado da candidata Zara Rego de Souza, realizada em 30/06/2023:

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Teresa Miceli Kerbauy  
UFSCar

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Socorro Sousa Braga  
UFSCar

---

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto  
UENF

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa Institucional de Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por financiar parte dessa pesquisa.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar), por todas as contribuições para a minha formação.

À Profª Drª Maria do Socorro Sousa Braga e ao Profº. Dr. Vitor de Moraes Peixoto, por terem aceitado o convite para compor minha banca examinadora.

À Profª Drª Maria Teresa Miceli Kerbauy, minha orientadora, por todos ensinamentos compartilhados. Sua expertise e paciência foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e profissional. Sou imensamente grata por ter tido a oportunidade de contar com sua orientação.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro, pelo apoio e incentivo depositado em mim desde o início da minha jornada acadêmica, durante a Iniciação Científica e o TCC. Por ter despertado em mim a curiosidade de pesquisar as dinâmicas partidárias no âmbito municipal, que foram fundamentais para eu chegar até aqui.

Ao Gregor, por compartilharmos juntos mais uma etapa. Pelo companheirismo, pelo apoio imensurável, pelo incentivo diário, pela compreensão e por sempre acreditar em mim.

À minha família, por tudo. Aos meus irmãos, Álvaro e David, pelas trocas que tivemos ao longo dessa trajetória. Pelas conversas sobre a vida acadêmica e por sempre estarem interessados e disponíveis para ouvir meus desafios e desenvolvimento. Aos meus pais, Mauri e Soraya, por acreditarem e apoiarem minhas escolhas. Sou grata por termos construído esse ambiente de apoio mútuo. Essa é mais uma das nossas conquistas!

# **A REELEIÇÃO DE PREFEITOS EM 2020: ELEITORADO, COLIGAÇÕES E ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS BRASILEIRAS**

## **RESUMO**

A prática da reeleição para os cargos do Poder Executivo foi promulgada em 1997 e desde então demonstra ser um artifício importante nas eleições brasileiras. No âmbito municipal, a eleição de 2020 contabilizou 2.069 prefeitos reeleitos, sendo o maior número de prefeitos reeleitos, nas eleições municipais, significando 37% de todas as cadeiras do executivo municipal. O que contribuiu para a reeleição desses candidatos? Como os partidos dos prefeitos reeleitos se organizaram nos municípios em que concorreram? Quais estratégias de coligações foram utilizadas? Este trabalho tem como objetivo analisar a organização partidária e as coligações estabelecidas pelos prefeitos reeleitos no Brasil na eleição municipal de 2020. O argumento central é que o modo como o partido se organiza no município em conjunto com a estratégia de coligação escolhida, influencia positivamente no desempenho dos candidatos à prefeito, resultando na sua reeleição. Para a realização desse trabalho, foi feita uma revisão bibliográfica que buscou observar como o tema é discutido no ambiente acadêmico. Os dados utilizados referem-se aos candidatos à reeleição do executivo municipal de 2020 e foram extraídos do sítio do TSE, tratados com técnicas de pesquisa quantitativa, utilizando a estatística descritiva e testes de modelos lineares generalizados (GLMs). Considerou-se como principais indicadores o tipo de organização partidária (diretório ou comissão provisória), a estratégia de coligação utilizada pelos partidos e o tamanho do eleitorado disputado. As coligações eleitorais dos prefeitos reeleitos em 2020 foram analisadas em perspectiva comparada com as coligações realizadas em 2016, para identificar alterações no comportamento dos candidatos em relação aos seus aliados. Os resultados obtidos indicaram que candidatos de organização partidária do tipo diretório apresentaram 53,5% mais chances de serem reeleitos quando comparados com candidatos que disputaram a reeleição em organizações do tipo comissão partidária. As coligações mais numerosas apresentaram maior chance de reeleição sendo igual a 20% para cada partido que compõe a coligação no cenário analisado. Os municípios com maior número de eleitorado apresentaram cerca de 2% menos chances de reeleição para cada mil eleitores.

**Palavras-chave:** Executivo Municipal. Organização Partidária. Coligações. Reelection.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processo de formação dos Órgãos de deliberação e Direção dos partidos .....	23
Figura 2 – Tamanho das coligações dos candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 .....	41
Figura 3 – Tamanho do Município x Tamanho da Coligação – Prefeitos reeleitos em 2020 com coligações de 15 a 20 partidos .....	41

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Prefeitos Candidatos à reeleição e Prefeitos reeleitos em 2020 por faixa de eleitorado .....	36
Tabela 2 – Percentual de candidatos lançados à reeleição no executivo municipal por partido x faixa de eleitorado em 2020 .....	37
Tabela 3 – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos por partido x Faixa de Eleitorado (2020).....	39
Tabela 4 – Estratégias de coligações utilizadas pelos prefeitos reeleitos em 2016 e em 2020 .....	40
Tabela 5 – Organização partidária dos candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 .....	43
Tabela 6 – Partido x N° de Prefeitos Reeletos x Tipo de Órgão de direção x Estratégia de coligação (2020) .....	44
Tabela 7 – Partido x N° de Prefeitos Reeletos Com coligação x Tipo de Órgão de direção (2020).....	45
Tabela 8 – Partido x N° de Prefeitos Reeletos Sem coligação x Tipo de Órgão de direção (2020).....	46
Tabela 9 – Relação entre a Organização Partidária x Uso da Coligação pelos Prefeitos Reeletos em 2020 .....	47
Tabela 10 – Relação entre a Organização Partidária x Uso da Coligação pelos Prefeitos Não Reeletos em 2020.....	47
Tabela 11 – Descrição das variáveis.....	48
Tabela 12 - Estimados dos parâmetros para o efeito da organização partidária, tamanho do eleitorado e coligação sobre a reeleição de prefeitos em municípios brasileiros na eleição de 2020 .....	51
Tabela 13 – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por região brasileira .....	53
Tabela 14 – Região Norte – Prefeitos Candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido .....	55
Tabela 15 – Região Nordeste – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido .....	56
Tabela 16 – Região Centro-Oeste – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido.....	57
Tabela 17 – Região Sudeste – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido .....	58
Tabela 18 – Região Sul – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido .....	59
Tabela 19 – Características estaduais da reeleição de prefeitos em 2020 .....	60



## LISTA DE SIGLAS

EC – EMENDA CONSTITUCIONAL

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PEC – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

FEFC – FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

HGPE – HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

DEM – DEMOCRATAS

PCDOB – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PTC – PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO

PSC – PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

CIDADANIA – PARTIDO CIDADANIA

PV – PARTIDO VERDE

AVANTE – PARTIDO AVANTE

PP – PROGRESSISTAS

PSTU – PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

PRTB – PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO

DC – DEMOCRACIA CRISTÃ

PCO – PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA

PODE – PODEMOS

PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL

REPUBLICANOS – PARTIDO REPUBLICANOS

PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PL – PARTIDO LIBERAL

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PATRIOTA – PARTIDO PATRIOTA

PROS – PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL

SD – SOLIDARIEDADE

NOVO – PARTIDO NOVO

REDE – REDE SUSTENTABILIDADE

PMB – PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA

UP – UNIDADE POPULAR

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 TEORIAS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS .....	17
2.1 A organização partidária brasileira.....	22
2.2 As coligações eleitorais .....	26
2.3 O Instituto da Reeleição .....	30
3 A REELEIÇÃO DOS PREFEITOS EM 2020 NO BRASIL .....	34
3.1 Os municípios em que os prefeitos foram reeleitos em 2020.....	34
3.2 Coligações e Prefeitos reeleitos em 2020 .....	40
3.3 Organização partidária dos prefeitos reeleitos em 2020.....	42
3.4 Associação entre a coligação, a organização partidária e o tamanho do eleitorado na disputa da recondução do executivo municipal em 2020 .....	48
3.5 Questões regionais dos prefeitos reeleitos em 2020.....	52
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
REFERÊNCIAS .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

Os partidos políticos enquanto mecanismos centrais na manutenção da democracia e representatividade são focos de estudos da Ciência Política e áreas correlatas. Conforme afirma Panebianco (2005), os partidos devem ser entendidos enquanto organizações que diferenciam entre si e disputam votos com o objetivo de ocupar cargos no governo. Nesse sentido, o esforço da Ciência Política ao se debruçar sobre a atuação dos partidos políticos na sociedade traz análises sobre como essas organizações se estruturam e se comportam na arena eleitoral, social e digital, quais são as suas estratégias, seus desempenhos, entre diversas outras pautas de pesquisa.

Todas as questões que permeiam esse tema também possuem importância quando se trata das análises dos partidos políticos no nível municipal. Por mais que durante algum tempo a literatura manteve seu foco em analisar a atuação dos partidos nos níveis nacional e estadual, a dinâmica partidária subnacional revela impactos importantes no sistema partidário brasileiro, sendo necessária uma maior atenção a organização dos partidos no nível subnacional e aos incentivos que permeiam suas decisões (KERBAUY; DIAS, 2017).

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, assegura a autonomia das organizações partidárias para definirem suas estruturas internas, organização e funcionamento. Para participar das eleições, o partido deve necessariamente, até seis meses antes do pleito, registrar o seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e organizar até a data da convenção, o seu órgão de direção, ou seja, um órgão permanente (diretório) ou um órgão provisório (comissões) no município, conforme a Lei nº 13.488, de 2017. Após o período da eleição, cabe aos dirigentes partidários decidirem pela dissolução da comissão ou pela implementação do diretório.

O tema da organização partidária nas eleições municipais passou a ganhar atenção dos pesquisadores a partir dos anos 2000. A literatura de referência da época, marcada pelas contribuições de Braga e Pimentel Jr (2013), apontava que o modo como o partido opta por se organizar no município pode influenciar significativamente a competição eleitoral local, uma vez que os grandes partidos possuem uma maior quantidade de diretórios municipais com ampla capilaridade territorial, sendo partidos mais nacionalizados e institucionalizados.

Pesquisas mais recentes, como a de Nascimento (2020), corroboram com as teses amplamente aceitas de Braga e Pimentel Jr (2013) ao reforçar que os grandes partidos continuam possuindo a maior quantidade de diretórios municipais, ao passo que a estrutura organizacional do partido afeta positivamente o desempenho eleitoral de vereadores e prefeitos, variando em função da magnitude do município e do gasto de campanha (NASCIMENTO, 2020). A partir dessas análises, consideramos aqui que a estrutura organizacional partidária é um fator importante no desempenho dos candidatos ao executivo, em especial, no caso dos prefeitos reeleitos nas eleições municipais de 2020.

A prática da reeleição para cargos do Poder Executivo não estava prevista na Constituição Federal de 1988 e foi proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, pela Emenda Constitucional (EC) nº 16, passando a vigorar a seguinte redação: “[o] Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente” (BRASIL, 1997). Após sua promulgação, todos os presidentes do país foram reeleitos, exceto o candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL), na última disputa presidencial em 2022.

A reeleição já entrou em pauta em diversas discussões da Reforma Política brasileira, inclusive chegou a ser aprovada em 2015 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 182/07, que propõem o fim da reeleição para cargos do executivo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Mas, a medida não foi implementada, pois não foi avaliada no Senado. Em setembro de 2020, a discussão voltou a ser pauta no Congresso, quando o deputado Alessandro Molon, líder do PSB, apresentou uma PEC para proibir a reeleição de presidentes, governadores e prefeitos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020), mas que, até o momento da escrita desse texto, não entrou em votação.

A proposta de Alessandro Molon foi colocada em pauta após Fernando Henrique Cardoso fazer “*mea culpa*” e dizer que, “historicamente [a reeleição], foi um erro” (CARDOSO, 2020). O ex-presidente afirma que, na época da promulgação da Emenda Constitucional nº 16 de 1997, tinha em mente a reeleição tal qual como acontece nos Estados Unidos, e menciona que hoje, os presidentes são capazes de fazer o impossível para se reelegerem. Na crítica do ex-presidente de Fernando Henrique Cardoso estava a expectativa de que as mudanças caminham para acabar com o instituto da reeleição e torne possível instaurar uma forma de votação distrital. A justificativa da retomada

dessa discussão posta por Alessandro Molon é fundamentada no fato de “prestigiar a vontade do constituinte originário de 1988, restaurando a redação original do art. 14 da Constituição Federal” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020), pois, segundo ele, o instituto da reeleição traz efeitos negativos para a democracia representativa, visto que o governante no poder se beneficia da visibilidade do seu cargo majoritário e prejudica a renovação política, além de aumentar o déficit referente à efetividade do ideal republicano no Brasil.

Fora do Congresso e entre pesquisadores do tema, também muito se discute sobre a prática da reeleição em seus diversos níveis. Alguns autores buscam encontrar variáveis que influenciam na reeleição dos candidatos, como a qualidade da educação (ARAUJO; NETO; LIMA, 2020; CINQUINI, 2017; GONDINHO, 2019; LIMA, 2018), a relação do candidato com o governo estadual e nacional (PEREIRA; RENNÓ, 2007; MENDES; ROCHA, 2004; MENEGUIN; BUGARIN; CARVALHO, 2005), os gastos públicos (CAPUTO, 2019; CAVALCANTE, 2015; DIAS; NOSSA; MONTE-MOR, 2018; SILVA; BRAGA, 2013), entre outros. Os argumentos vão desde o bom uso das mídias sociais (BRAGA, 2013) até a avaliação do governo e a imagem dos candidatos (VEIGA; SANTOS; NEVES, 2011). Mas, pouco se discute sobre as alianças eleitorais formadas pelos candidatos que obtiveram sucesso ao buscar a reeleição.

De modo parecido ao instituto da reeleição, o debate sobre as coligações eleitorais também esteve em cena na arena pública nos últimos anos, tornando-se pauta fundamental das propostas de Reforma Política no Brasil. Alguns argumentos apontam as coligações como um efeito maléfico para o sistema partidário brasileiro (TEIXEIRA, 2004). As coligações facilitam os partidos pequenos elegerem seus candidatos para todos os níveis de poder, o que aumenta o custo do processo de tomada de decisões, já que os governos passam a ter que negociar o apoio político em um sistema extremamente fragmentado. Do ponto de vista dos cidadãos, coligações eleitorais dificultam a *accountability* vertical, dado que o sistema de transferência de votos entre os partidos coligados diminui significativamente as possibilidades de o eleitor premiar ou punir um candidato ou um partido político. O impacto das coligações sobre a *accountability* vertical, ganha maior relevância em contextos de cidades pequenas, já que as diferenças entre os partidos políticos são menos perceptíveis e a formação de amplas coligações sem restrições ideológicas são mais comuns.

Dessa forma, como parte da discussão sobre a Reforma Política de 2017, foi proposto o fim das coligações eleitorais sob a justificativa de que “os eleitores poderão

ter maior poder de decisão quanto ao projeto político que querem apoiar com o seu voto. [...] [Ao escolher um candidato, os eleitores terão clareza quanto ao partido político que se beneficia do seu voto” (TSE, 2020). E assim, foi aprovado a Emenda Constitucional nº 97 de 2017, que alterou a Constituição Federal e colocou fim às coligações partidárias nas eleições proporcionais (vereadores e deputados estaduais e federais), além de estabelecer novas normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispôs sobre regras de transição (BRASIL, 2017). Essas medidas só foram implementadas a partir das eleições municipais de 2020. Vale salientar que a prática de realizar alianças eleitorais ainda é permitida pela legislação no caso dos candidatos ao cargo de prefeito e para os cargos executivos estadual e federal.

Kerbaux (2022) aponta que o impacto do fim das coligações nas eleições proporcionais para o sistema partidário teve efeito de forma diferenciada entre os municípios de diferentes magnitudes, afetando especialmente os pequenos partidos. A diminuição do número de partidos teve um impacto mais significativo nos municípios menores, embora as mudanças no critério eleitoral tenham estabelecido que os partidos só poderiam ocupar assentos conquistados se alcançassem uma votação individual de pelo menos 10% do critério eleitoral, conforme indicado pelo respectivo critério eleitoral partidário. De acordo com Kerbaux (2022, p. 64), os partidos adotaram a estratégia de aumentar a quantidade de candidatos para a disputa das eleições proporcionais. Essa análise é respaldada pela comparação entre o número de candidatos nas eleições municipais de 2016 e 2020, tanto para os cargos executivos quanto para os legislativos municipais.

Kerbaux (2022, p. 67) aponta que o caráter nacional das Federações Partidárias representa um dos maiores desafios, pois obriga as legendas que as compõem a não lançar candidatos fora desse arranjo durante todo o período de quatro anos, abrangendo eleições federais, estaduais e municipais, em uma tentativa de promover a verticalização partidária. Essa estratégia já foi implementada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2002, por meio da verticalização das coligações (Lei nº 21.002), mas foi abolida pela PEC 548/02 em 2006. O argumento em defesa da verticalização partidária é o seu potencial de reduzir a fragmentação legislativa.

Aconteceram outras três mudanças na legislação eleitoral brasileira que integram parte dessa discussão. A minirreforma eleitoral, de 2015, resultou na promulgação da lei nº 13.165 de setembro de 2015 que teve como objetivo reduzir os custos das campanhas

eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Em 2017, além das mudanças resultantes da Emenda Constitucional nº 97 de 2017 já mencionada, houve significativas alterações por meio da lei nº 13.487 de 2017 que teve como objetivo instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão. Por fim, em 2017 foi promulgada a lei nº 13.488 de 2017 que revogou dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com a finalidade de promover reforma no ordenamento político-eleitoral brasileiro.

Este trabalho tem como objetivo analisar a organização partidária, as coligações e o tamanho do eleitorado dos prefeitos reeleitos no Brasil na eleição municipal de 2020. Foram reeleitos 2.069 prefeitos, sendo o maior número de executivos reeleitos em eleições municipais, significando 37% de todos os cargos na disputa municipal. O que contribuiu para a reeleição desses candidatos? Como os prefeitos reeleitos se organizaram nos municípios em que concorreram? Quais estratégias de coligações foram utilizadas?

As análises aqui realizadas ocorrem na arena eleitoral, com o intuito de observar as estratégias utilizadas pelos candidatos no momento da campanha. Assim, consideram-se aqui como prefeitos reeleitos aqueles candidatos que foram eleitos na urna em 2016 e novamente eleitos na urna em 2020. O tratamento dos dados para alcançar o número de prefeitos reeleitos foi feito de forma comparativa com os prefeitos eleitos em 2016 e os prefeitos eleitos em 2020, de acordo com os dados disponibilizados pelo TSE. Casos de prefeitos como o Ricardo Nunes (MDB-SP) de São Paulo e Álvaro Dias (PSDB-RN) de Natal, que assumiram o mandato do executivo municipal após as eleições de 2016 em decorrência de interrupção de mandato do prefeito eleito em urna e foram eleitos em 2020, não são considerados aqui como prefeitos reeleitos.

A unidade de análise utilizada são os partidos políticos. Todas as análises foram realizadas considerando o partido como o principal ordenador da dinâmica eleitoral no cenário de disputa observado. Além disso, a base teórica desse trabalho tem como foco argumentativo que os partidos importam na dinâmica partidária subnacional (KERBAUY; DIAS, 2017). Nesse sentido, também consideramos que o tipo de organização partidária (diretório ou comissões provisórias) e a estratégia de coligação importam. A hipótese sustentada nesse trabalho é de que o modo como o partido se organiza para as eleições executivas municipais em conjunto com a estratégia de



coligação escolhida, influencia positivamente no desempenho dos candidatos, resultando na sua reeleição.

Esta dissertação está organizada em três seções. Além desta Introdução que aborda uma discussão básica sobre tema, a primeira seção seguinte trata da revisão bibliográfica sobre as teorias partidárias, organização partidária, coligações eleitorais e o instituto da reeleição. A segunda seção aborda os resultados obtidos na pesquisa, analisando os fatores que contribuíram para a reeleição dos prefeitos em 2020 no Brasil, revelando aspectos de como os partidos dos candidatos à reeleição se organizaram nos municípios que disputaram, como coligaram e quais as principais características dos prefeitos reeleitos em cada estado e região brasileira. Por fim, na terceira e última seção das Considerações Finais, serão apresentadas as principais conclusões desta pesquisa.

## **2 TEORIAS SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS**

Na Ciência Política, diversas são as teorias que analisam o partido político enquanto unidade de análise (DOWNS, 2013; SARTORI, 1982; ALDRICH, 2011; SCHLESINGER, 1994). Dentre elas, há de se destacar os pressupostos da Teoria da Escolha Racional que contribuíram de forma significativa para análises dos partidos políticos enquanto organizações centrais e relevantes no sistema partidário.

A Teoria da Escolha Racional compreende os partidos enquanto organizações formadas por um grupo de pessoas com interesses comuns. Downs (2013, p. 46), afirma que “um partido político é uma coalizão de homens que buscam controlar o aparato do governo através de meios legais”. Isso reforça o argumento de que os partidos, de acordo com essa teoria, não podem ser entendidos enquanto atores individuais ou unitários. Pelo contrário, os partidos são uma equipe de pessoas que buscam controlar o governo disputando eleições para que alguns deles sejam eleitos. Essa teoria aborda os partidos em sua dimensão objetiva, considerando sua principal função a disputa por cargos no governo. O grupo que disputa esses cargos busca ampliar suas chances, se aliando a outros atores para garantirem maximizar seus votos e, conseqüentemente, aumentarem suas chances de conquistar o governo, e assim alcançarem o poder. Essa organização é entendida enquanto uma coalizão que enfrenta problemas públicos de uma forma melhor do que a proposta por atores individuais. Ademais, a criação dos partidos políticos é incentivada a partir da necessidade da formação da maioria na arena

eleitoral, uma vez que esses procuram aumentar suas chances na busca de aliados (ALDRICH, 2011; SCHLESINGER, 1994).

A Teoria da Escolha Racional contribuiu para um entendimento das questões relativas à ação partidária no geral, porém, ela não consegue abarcar questões sobre como os partidos se organizam e quais são as características resultantes da associação dos atores envolvidos na constituição dessa organização, uma vez que a estrutura organizacional se diferencia de acordo com decisões de membros, da localidade, do contexto histórico, entre diversos outros aspectos possíveis (SCHLESINGER, 1994). Apesar da análise de Schlesinger (1994) estar no campo da Teoria da Escolha Racional, o autor aponta argumentos relativos ao ambiente organizacional válidos para serem explorados, pois apesar de termos em mente que os partidos são uma equipe de pessoas que disputam eleições visando conquistar cargos públicos de poder, essa equipe é constituída por diversos outros atores além dos candidatos que precisam, necessariamente, se organizar e assim, se provarem enquanto uma organização (SCHLESINGER, 1994, p. 10, tradução própria).

Nesse sentido, os estudos organizacionais buscam compreender os elementos que constituem um partido político, a partir da sua organização. Katz e Mair (1995) afirmam que a organização partidária deve ser entendida para além da sua relação própria, considerando também fatores externos como o Estado e a sociedade, em resposta ao ambiente e contexto sócio-histórico inserido. De acordo com os autores citados, os partidos são vistos como instituições complexas que se mobilizam de modos diversos a partir de propósitos específicos. Apesar de algumas críticas feitas a esse tipo de abordagem, um elemento essencial apontado nesse tipo de análise são os elementos externos aos partidos que são importantes para avaliar sua organização, visto que anteriormente, a literatura não considerava que os elementos organizacionais poderiam ser afetados por fenômenos políticos, ou vice-versa. Assim, abordaremos especificamente as contribuições da Teoria Organizacional/Estrutural (DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 1996; PANEBIANCO, 2005; KROUWEL, 2005; WOLINETZ, 2002) considerando a maneira clássica de tipos de partidos, estrutura interna e sua relação com o Estado e sociedade.

Nessa abordagem, Duverger (1970) traz importantes contribuições que serviram de base teórica para entendermos a organização partidária atual. Para o autor, a organização partidária deve ser entendida como o conjunto de elementos básicos que compõem um partido político. O autor descreve a estrutura dos partidos políticos

considerando que os partidos eram organizados em elementos de base (são as unidades que os partidos tomam forma, como as células, comitês e milícias); arcabouço geral (são as atividades próprias que constituem um partido, considerando sua distribuição de poder); atributos gerais (são o modo como os elementos de base se associam com as unidades geográficas horizontal e verticalmente) e as instituições dirigentes (são os modos como o poder se distribui entre as unidades dos partidos, sendo mais ou menos centralizado e democrático), composta cada uma por múltiplos elementos (DUVERGER, 1970, p. 35). O autor buscou modelos ideais que pudessem categorizar os partidos de sua época, dando destaque a dois tipos: os partidos de quadro e os partidos de massa.

Os partidos de quadro, característicos do século XIX, foram os primeiros partidos de origem parlamentar. Constituídos por personalidades locais de destaque, sendo basicamente as elites políticas e econômicas, possuíam toda autoridade e tomavam as decisões dos partidos. Possuíam estruturas organizacionais mínimas, pequenas, sem ideologia definida e com fraca articulação, baseados sobretudo no compromisso eleitoral. O financiamento do partido era feito pela própria renda da rede interpessoal das suas autoridades, sem organização pré-definida (DUVERGER, 1970).

Já os partidos de massa apresentavam características opostas. Esses surgiram por meio da expansão do sufrágio universal. Seu desenvolvimento acontece por uma cisão política e social com a burguesia capitalista (DUVERGER, 1970, p. 103). São partidos fruto de mobilização política das classes trabalhadoras, com atividades para além do período eleitoral, em que buscavam realizar a educação política das massas, captando pessoas para a comunidade política. São partidos altamente hierarquizados, com um posicionamento ideológico voltado ao socialismo e contavam com organizações auxiliares, como sindicatos, sendo os militantes atores centrais na sua estrutura por concentrarem atividades de base.

Os estudos de Duverger (1970) foram importantes para se compreender como os partidos se organizavam. Essas classificações serviram de base para desdobramentos futuros que investigaram a emergência de novos partidos e como eles se enquadrariam nas tipologias. Os partidos de massa, por exemplo, viriam a ser considerados padrão de tipo de partido do regime democrático de esquerda.

Kirchheimer (1996) analisa o processo de transformação e desaparecimento dos partidos europeus em 1954 e aponta para um novo tipo de partido, denominados *catch-all*. Em um contexto diferente das análises de Duverger (1970), havia o surgimento de

uma nova classe média que se identificava com o perfil da burguesia, alterando o perfil organizacional dos partidos, devido as mudanças na Europa pós-Segunda Guerra. Os partidos de massa desapareceram, junto com as estruturas sociais que os criaram. Nesse momento, o Estado e o mercado já eram capazes de garantir bem estar social e de acordo com Kirchheimer (1996, p. 361) “a aceitação da lei do mercado político tornou-se inevitável na maioria dos países da Europa Ocidental. Essa mudança, por sua vez, encontrou eco na mutante estrutura dos partidos políticos”. Para o autor, a resistência dos partidos burgueses em não avançar até o estágio dos partidos integrativos e, sobretudo, a falha dos partidos de massa de não integrarem completamente o proletariado no sistema político, foram os principais pontos que contribuíram para o surgimento do partido do tipo *catch-all*.

O objetivo principal para os partidos do tipo *catch-all* seria os ganhos eleitorais, tendo como propósito principal a expansão do seu apelo eleitoral afim de atingir mais parcelas do eleitorado. Sua organização é superficial e suas plataformas são vagas para evitar atrito com eleitores e opositores, já que esse tipo de partido preza pelo consenso com seus adversários para evitar o realinhamento partidário. Portanto, sua orientação ideológica é também vaga. Os atributos pessoais possuem um peso importante para os partidos do tipo *catch-all*, já que mobilizam os eleitores pelas suas posições sociais. Isso se estende para a escolha dos demais membros aos cargos eletivos. A seleção e recrutamento de candidatos passa a ser dada, principalmente, pelos recursos eleitorais dos candidatos. Nesse sentido, o líder partidário possui um papel central, já que é quem decide os rumos do partido no que se refere a preferência política. As personalidades e o lançamento de candidaturas em si, são os pontos altos desse tipo de partido. Os critérios organizacionais que levavam em conta o tempo e serviços prestados à organização, pelos candidatos e membros não possuem mais tanto peso quanto antes. Sua estrutura é pequena e descentralizada, reduzida a períodos eleitorais. O compromisso com membros é praticamente nulo, assim como a educação política, que é insignificante (KIRCHHEIMER, 1996, p. 361).

Em relação a ideologia partidária, diferente de Kirchheimer (1996), Panebianco (2005) afirma que os objetivos ideológicos de um partido não poderiam ser ignorados pela coalizão majoritária. O autor discorre acerca de um processo por ele denominado como “articulação dos fins” em que os objetivos dos partidos se adaptam às exigências organizativas. Assim, os líderes partidários deveriam saber relacionar os incentivos coletivos com os incentivos seletivos, ou seja, as vantagens que são distribuídas

igualmente a todos os membros do partido com as vantagens distribuídas de forma desigual entre os membros (como o poder e o status, por exemplo). Nas palavras do autor, “a organização deve equilibrar a exigência de satisfazer interesses individuais por meio dos incentivos seletivos e a exigência de alimentar as lealdades organizativas que dependem dos incentivos coletivos” (PANEBIANCO, 2005, p. 70).

Panebianco (2005), nesse sentido, trata de um novo tipo de classificação dos partidos, denominado por ele como partido eleitoral-profissional, buscando aprimorar a classificação do tipo *catch-all* desenvolvida por Kirchheimer (1996). O partido eleitoral-profissional é caracterizado pela centralidade nas figuras dos profissionais e especialistas do partido, em que os tradicionais titulares dos cargos passam a dar espaço para os profissionais, que possuíam habilidades técnicas e políticas para maior uso nos meios de comunicação e no ambiente político. Sua orientação é estreitamente eleitoral, com financiamento voltado a grupos de interesses organizados ou com subsídios do governo. Da mesma maneira dos partidos *catch-all*, os programas do partido eleitoral-profissional possuem uma ideologia vaga, pois o foco é em interesses específicos.

Nesse tipo de partido analisado por Panebianco (2005), a função organizacional extraparlamentar é modificada, sendo sua maior preocupação a vitória nas eleições com maior ênfase no recrutamento de líderes e candidatos. As atividades organizativas também se modificam dando espaço maior para a mobilização de apoio do eleitorado em geral. Além disso, uma outra mudança significativa se dá no âmbito dos recursos de trabalho, que agora assumiram o lugar dos recursos monetários dos partidos de massa. Os partidos eleitorais-profissionais possuíam mais habilidade para contar com trabalho profissional, no entanto, a consequência desse movimento resultou em uma relação com laços mais fracos com a sociedade por dar ênfase no aspecto tecnocrático da política.

Essas teorias são restritas a análises de um período de quase cem anos e feitas no contexto Europeu ou Norte Americano que apresentam um viés localista e ainda não se demonstraram suficientes para analisar de um modo mais geral o surgimento, desenvolvimento e transformação dos partidos políticos (KROUWEL, 2005; WOLINETZ, 2002). Essas análises podem não ser suficientes para explicarem como os partidos que surgem em contextos diferentes dessas regiões, que se caracterizam por serem majoritariamente homogêneos devido as suas configurações institucionais específicas, gerando assim, pouca possibilidade comparativa com partidos que atuam em contextos sócio-históricos e institucionais diferentes, como na América Latina (WOLINETZ, 2002). Conforme exposto, a organização partidária é um elemento

importante nas análises dos partidos políticos. Nas próximas seções, esse trabalho buscará compreender a questão organizacional dos partidos brasileiros e como, juntamente com as coligações estabelecidas pelos prefeitos reeleitos, afeta o desempenho eleitoral.

## **2.1 A organização partidária brasileira**

Inicialmente, discutiremos alguns aspectos sobre a organização partidária brasileira. Nascimento (2020) considera que a literatura brasileira não apresenta uma definição precisa sobre quais seriam os limites desse conceito. Apesar de ser comumente utilizado entre diversos autores da área, poucos apresentam uma definição, e geralmente, usa-se intercambiadamente os termos organização e estrutura partidária. Braga (2008, p. 460), por exemplo, trata a estrutura partidária como os elementos de constituição regulados pela Lei Orgânica dos Partidos, isto é: diretórios e comissões, sendo os filiados, também, elemento importante dessa estrutura. No geral, os indicadores mais comuns utilizados pelos autores são: os órgãos de direção, deliberação e filiados (GUARNIERI, 2011; BIZARRO; SANDES, 2011).

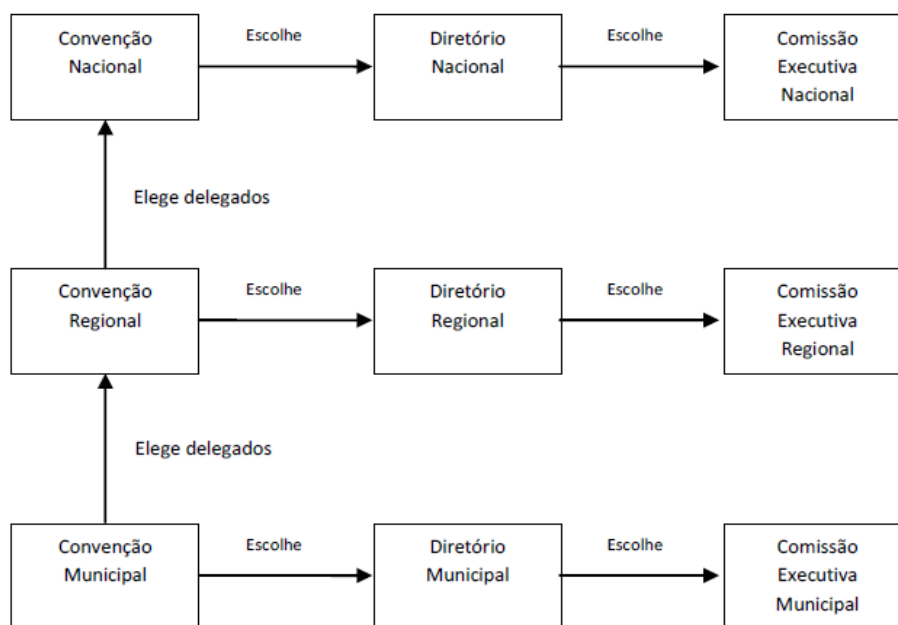
Nascimento (2020, p. 69) contribuiu com o debate ao considerar a organização partidária como um conceito multidimensional que lida com vários aspectos da vida partidária. O autor considera a “estrutura organizacional” como um conceito delimitado aos “elementos mínimos que possibilitam a existência do partido e o desenvolvimento de suas atividades diárias”, considerando que “ativistas, membros e filiados são elementos essenciais da estrutura organizacional dos partidos”. Essa questão de natureza empírica não implica na forma ou dimensão de como os partidos se estruturam organizativamente, já que eles são livres para combinarem os elementos estruturais da melhor forma que desejarem (NASCIMENTO, 2020, p. 70).

A legislação brasileira afirma que os partidos políticos devem, obrigatoriamente, possuir alguma estrutura formal instituída em órgãos de direção. Esses podem ser permanentes ou provisórios, com características distintas. O TSE designa os órgãos permanentes como diretórios, e os órgãos provisórios como comissões. Os diretórios são órgãos mais organizados, autônomos e duradouros, com maior complexidade e mais membros, enquanto as comissões provisórias são órgãos de vida curta, com baixa complexidade e com baixa autonomia, podendo ocorrer a destituição a qualquer momento (BRAGA, 2008; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011). Apesar de pouco comuns,

há ainda as comissões provisórias interventoras, que são as comissões designadas por um órgão superior após destituição ou dissolução de uma comissão anterior (NASCIMENTO, 2020). Assim, a organização partidária está relacionada com a presença física do partido nas unidades geográficas em que esses disputam as eleições (NASCIMENTO, 2020).

Como já mencionado, os partidos são livres para utilizarem vários outros elementos em sua organização. É necessário deixar clara a distinção existente entre a organização compreendida no aspecto formal oficializado pela legislação e a forma como os partidos se organizam territorialmente (por diretório ou por comissões) e a diferença de opção do partido para se organizar internamente.

**Figura 1: Processo de formação dos Órgãos de deliberação e Direção dos partidos**



Fonte: Guarnieri, 2009, p. 46

No geral, a organização partidária interna é feita da base para o topo, conforme Guarnieri (2009) apresentado na Figura 1. A Convenção Municipal é responsável pela escolha dos membros do Diretório Municipal, esses por sua vez, escolhem por meio de eleições internas, a Comissão Executiva Municipal. A Convenção Municipal também é responsável por eleger os delegados que irão disputar a Convenção Regional. E assim, o processo se repete nos níveis superiores, sendo a Convenção Regional responsável pela escolha dos membros do Diretório Regional, que por sua vez, escolhem a Comissão Executiva Regional. A Convenção Regional também é a responsável por eleger os delegados que disputarão a Convenção Nacional. Por fim, a Convenção Nacional

escolhe os membros do Diretório Nacional, que elegem a Comissão Executiva Nacional. Esse processo ocorre de forma bastante similar na maioria dos partidos brasileiros, apesar da liberdade que possuem de elegerem seus membros da forma como melhor lhes convierem. Cabe destacar que esse processo é essencial na organização partidária brasileira, por se tratar do elemento mínimo de vida do partido em qualquer que seja seu nível de atuação (NASCIMENTO, 2020).

Os diretórios, enquanto órgãos mais complexos, são comumente analisados pela literatura como principal indicador organizacional. Braga e Speck (2014) ao analisarem a relação entre partidos políticos e lideranças políticas no âmbito municipal, considerando os candidatos a prefeito nas eleições de 2012, concluíram que a força organizacional dos partidos influencia a fidelidade partidária. Isso significa que “quanto maior a existência de diretórios municipais e/ou zonais (capital) mais aumenta a probabilidade de o candidato permanecer no partido pelo qual disputou o pleito” (BRAGA; SPECK, 2014, p. 23).

A principal diferença estrutural entre as comissões provisórias e os diretórios "é a forma como é feita a composição de integrantes para o diretório e outros órgãos partidários, uma vez que esses seguem regras estatutárias" (NEVES; CAMPOS, 2021, p. 14-15). A comissão provisória não permite a participação direta dos seus filiados no processo decisório, já o diretório assegura a participação dos seus filiados nesse processo. Assim, as comissões provisórias são passíveis da intervenção direta e única das lideranças partidárias locais.

Em análises recentes (NEVES; CAMPOS, 2021), as comissões provisórias são apontadas como instrumentos de manipulação interna das lideranças partidárias oligárquicas. Neves e Campos (2021), analisaram o funcionamento interno das comissões provisórias a partir das suas normativas, com o objetivo de observar o papel do TSE como agente na regulação e intervenção da dinâmica organizacional dos partidos. Para isso, consideraram os documentos do ordenamento normativo, o estatuto partidário, o tempo de vigência, as eleições da direção, a destituição, o número de filiados, a prestação de contas, a escolha de candidatos e a participação em eleições e coligações em perspectiva comparada com a atuação dos diretórios. Os autores argumentam que apesar da autonomia constitucional concedida aos partidos para promoverem sua organização de maneira estratégica, há ainda que se considerar a compatibilidade do uso dessa autonomia com os ideais democráticos consagrados constitucionalmente.



Neto, Siqueira e Moreira (2012) também avaliaram a força organizacional dos partidos sob o aspecto do desempenho eleitoral. Os autores analisaram o tipo de recurso organizativo dos candidatos a prefeito nas eleições de 2012 em todo o território brasileiro, com o intuito de testar a hipótese de que as dimensões organizativas, como estruturas municipais (diretório ou comissão) e filiados têm influência sobre o sucesso eleitoral dos partidos. Os resultados apontaram que as organizações locais mais robustas possuem mais peso para os partidos de esquerda do que os partidos de direita. Além disso, os autores apontaram que o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) não é capaz de diminuir os efeitos dos diferentes tipos de organização sobre o voto.

Braga e Pimentel Jr. (2013, p. 21), ao analisarem qual é o estado da estrutura organizacional municipal dos partidos brasileiros pelo território nacional e seu impacto na competição eleitoral nas eleições de 2012, utilizaram as variáveis de tamanho do partido e magnitude do município. Seus resultados apontam que os partidos menores ou sem representação, possuem menos diretórios estabelecidos do que os partidos médios e grandes, já os partidos maiores possuem mais incentivos para fundar e manter os diretórios, sobretudo por conta dos maiores incentivos orçamentários oriundos da partilha do fundo partidário. Em relação à magnitude dos municípios, os resultados apontaram que em municípios pequenos, a tendência é predominar uma menor proporção de diretórios, enquanto nos municípios maiores, há uma tendência de haver mais diretórios, independentemente do tamanho do partido.

Em estudos mais recentes, Silva (2017) observou que o número de municípios com poucos diretórios tem aumentado nos últimos anos, levando os partidos políticos a evitar a criação excessiva dessas estruturas, optando por comissões provisórias. A implementação de diretórios requer um envolvimento local a longo prazo, além de demandar recursos que podem ser superiores aos necessários para comissões provisórias, fazendo com que se aumente o risco para a direção partidária. Portanto, as cidades de médio porte, que possuem influência regional e economia mediana, oferecem um leque maior de oportunidades para o estabelecimento e presença duradoura do partido.

Bolognesi e Barbireski (2017) investigaram a dinâmica de poder no interior dos partidos políticos no âmbito local, a partir da aplicação de um *survey* a mais de 700 candidatos a vereador durante suas campanhas para as eleições de 2016 em Curitiba-PR. Os autores buscaram compreender se há uma convergência entre estrutura do partido e a distribuição de recursos de poder, ou seja, sua democracia interna. Foi analisado se

quanto mais estruturado for o partido, mais igualitária será a distribuição de recursos de poder. Os resultados apresentam uma grande homogeneidade das organizações partidárias, no que diz respeito a competição eleitoral, sem necessariamente uma preocupação com as dinâmicas organizacionais.

Posteriormente, Bolognesi et al. (2019) analisaram as estratégias eleitorais dos partidos políticos com base nas formas pelas quais eles investem recursos financeiros próprios. Os autores testaram a hipótese sobre os recursos de origem partidária serem distribuídos a fim de privilegiar os candidatos que têm mandato representativo, a despeito da estrutura organizativa. Os resultados apontam que, para o caso analisado nas eleições em 2014<sup>1</sup> para deputado federal, não importa a força institucional dos partidos, os recursos são concentrados sempre em poucos candidatos, tendo em vista unicamente, o seu potencial eleitoral.

Outro indicador comumente utilizado nessas análises é a filiação partidária. Ela está ligada com a presença local do partido, pois os filiados importam para a composição partidária, e, sobretudo, como mão de obra voluntária, além de ser um meio de alcançar novos apoiadores (NASCIMENTO, 2020). Guarnieri (2017) observou a correlação positiva entre a quantidade de filiados e os votos para vereadores no PT, nas eleições de 2016. O autor, ao analisar as eleições municipais da capital paulista em 2016, conclui que o fator mais importante para entender o desempenho dos partidos é a relação entre a estratégia de coligação eleitoral e a organização partidária, visto que partidos com forte presença de diretórios ocuparam a cabeça das chapas, sendo assim, um fator importante no desempenho eleitoral.

## **2.2 As coligações eleitorais**

A literatura tem apontado que as coligações são um artifício importante para a formulação de estratégias eleitorais no sistema partidário brasileiro (KERBAUY; DIAS, 2017; MACHADO, 2012; PEIXOTO, 2010; CARREIRÃO, 2014). As coligações facilitam a eleição dos candidatos de pequenos partidos para todos os níveis de poder, o que aumenta o custo do processo de tomada de decisões, já que os governos passam a ter que negociar o apoio político em um sistema extremamente fragmentado. Do ponto

---

<sup>1</sup> Vale salientar que a lei nº 13.487 de 2017 modificou as regras dos recursos financeiros em campanhas partidárias. A partir das eleições de 2020, institui-se o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que é um fundo público destinado ao financiamento de campanhas eleitorais de candidatos políticos.

de vista dos cidadãos, coligações eleitorais dificultam a *accountability* vertical, dado que o sistema de transferência de votos entre os partidos coligados diminui significativamente as possibilidades de o eleitor premiar ou punir um candidato ou um partido político. O impacto das coligações sobre a *accountability* vertical, ganha maior relevância em contextos de cidades pequenas, já que as diferenças entre as organizações partidárias são menos claras e a formação de amplas coligações são mais comuns.

Como parte da discussão sobre a Reforma Política brasileira, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 97 de 2017, que estabeleceu o fim das coligações eleitorais nas eleições proporcionais (vereadores, deputados federais e deputados estaduais), e estabeleceu novas normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e a criação do fundo eleitoral, e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão (BRASIL, 2017). As regras de transição previstas pela Emenda foram implementadas a partir das eleições municipais de 2020. Vale salientar que a prática de realizar alianças eleitorais ainda é permitida pela legislação no caso dos candidatos ao cargo executivo.

As análises sobre as coligações para o executivo municipal conquistaram espaço na literatura nacional, que apontam uma correlação positiva entre o estabelecimento de coligações e o desempenho dos partidos que as utilizam. Miguel e Machado (2007) observaram as coligações para prefeito no Brasil entre as eleições de 2000 a 2008 e concluíram que o PT teve um melhor desempenho eleitoral quando se tornou mais flexível ao realizar coligações com um maior número de partidos.

O tamanho da coligação é também uma variável analisada recorrentemente na literatura. Ao examinar as eleições municipais do Rio de Janeiro ocorridas nos anos de 1992 e 2000, Jorge (2004) constatou o aumento do número de partidos inseridos em uma coligação e a diminuição do fator ideológico como estruturante para a mesma, corroborando o fato apontado por Carreirão (2006).

Melo e Soares (2016) observaram os dados referentes aos pleitos municipais proporcionais no Brasil nos anos de 2004 e 2008. Os autores argumentam que há uma grande variação no tamanho da composição das coligações, o que leva a uma reflexão sobre o motivo pelo qual os partidos optam por um maior número possível de aliados, mas, a maioria das candidaturas são lançadas por um número reduzido de partidos, sendo compostas, em geral, por dois ou três partidos.

França (2013) também verificou o impacto que o tamanho da coligação dos candidatos a prefeito nas capitais brasileiras nas eleições municipais de 2000 a 2008

teve no seu desempenho eleitoral. A hipótese da autora de que “o resultado eleitoral dos candidatos a prefeito nas capitais estaria associado a um perfil de coligação formada por um número de partidos que foi atingido com resultados positivos” (FRANÇA, 2013, p. 94). Porém, a autora ressalta que sua pesquisa possui certos limites, uma vez que se analisou “apenas os dois candidatos mais votados nas capitais nas três eleições analisadas”, e que o peso de uma de suas variáveis (situação do candidato), “dificulta limitar os resultados eleitorais unicamente ao tamanho da coligação formada” (FRANÇA, 2013, p. 94).

Vale destacar que os estudos sobre o tema apontam um comportamento cada vez mais inconsistente ideologicamente no estabelecimento das alianças eleitoras. Para definir coligações inconsistentes ideologicamente, Carreirão (2006) classifica as alianças formadas entre partidos formalmente situados à esquerda e à direita do espectro ideológico. Além disso, haveria no Brasil uma tendência de se encontrar poucos partidos resistentes às restrições ideológicas quando se passa da esquerda para a direita. Isso reforça a ideia de que as coligações são atrativas para todos os partidos políticos e está além da questão ideológica (CARREIRÃO, 2014; MACHADO, 2012).

Ao realizar um estudo empírico das eleições de 1994 a 2010 para os cargos de deputados (federal e estadual), governadores e senadores, Carreirão (2014, p. 280) aponta que “[...] de 2002 para cá, a ideologia partidária não parece central para estruturar a competição, pelo menos para os cargos de governador, senador e deputado federal”. O mesmo comportamento é observado pelo autor em coalizões de governo em âmbito federal. Embora constata uma mudança nos padrões de relacionamento entre os partidos no governo depois do período de 1986 a 2002, os estudos apontam a mesma inconsistência ideológica presente na arena eleitoral. Isso não significa que a questão ideológica foi descartada, mas que perdeu a importância no decorrer do tempo como fator da estruturação do sistema partidário, uma vez que os partidos preferem buscar resultados eleitorais satisfatórios em vez de buscar apoiadores que compartilham a mesma ideologia (SILVA, 2015).

Peixoto (2010) afirma que uma variável importante para se estudar as coligações é a magnitude do município. Analisando dados sobre as eleições municipais (majoritárias e proporcionais) durante os processos eleitorais ocorridos nos anos de 2000 a 2008 no Brasil, o autor considerou que quanto menor um município, em termos de tamanho da população, maiores são as chances de se estabelecerem coligações ideologicamente inconsistentes. Os achados sugerem uma dinâmica própria da política

em municípios pequenos, o que reflete os argumentos de Dantas (2007), que procurou explicar o comportamento das legendas para disputas de prefeituras de aproximadamente 5.500 municípios brasileiros e concluiu que o padrão do comportamento das coligações realizadas pelos partidos é obscurecido por características individuais dos municípios.

Em relação especificamente à formação de coligações no executivo municipal, vale destacar as análises de Kerbauy (2008) que observa o sistema partidário local e a relação Executivo/Legislativo no período de 1996, 2000, 2004 e a lógica de seu funcionamento. De acordo com a autora, “nas eleições majoritárias, os partidos menores oferecem aos seus parceiros: votos, apoio logístico, apoio organizacional e mais tempo no horário eleitoral gratuito” (KERBAUY, 2008, p. 77). Além disso, os dados analisados apontam que um número reduzido de legendas possui capacidade de garantir vantagens competitivas nas eleições majoritárias, mas é incapaz de garantir a maioria nas eleições proporcionais. Os achados indicam que “o partido do prefeito obtém a maior vantagem conseguindo eleger um número expressivo de vereadores (guardadas as exceções e levando-se em conta o tamanho do distrito eleitoral), numa estratégia montada visando a redução do risco de perder a eleição e a garantia de maioria na Câmara Municipal” (KERBAUY, 2008, p. 78).

Em estudos recentes, Kerbauy e Dias (2017) analisaram o desempenho de prefeitos e vereadores eleitos em municípios de diferentes magnitudes. A análise dos resultados apontou que “os partidos políticos tenderam a agir de maneira semelhantes nas disputas pelos poderes executivo e legislativo na esfera municipal” (KERBAUY; DIAS, 2017, p. 37). Os casos observados de prefeitos e vereadores eleitos por coligações apontaram para desempenhos desiguais entre o número de prefeitos e vereadores eleitos. Este dado aponta para “a importância das coligações como um recurso capaz de influenciar, de diferentes maneiras, os resultados das eleições municipais” (KERBAUY; DIAS, 2017, p. 41).

Esses resultados consolidam a literatura que se dedica a analisar a política local, visto que “há diferenças organizacionais nos partidos entre uma região e outra, assim como características específicas no comportamento eleitoral das populações de cada região” (KERBAUY, 2009, p. 24). Entretanto, pouco se discute sobre as alianças eleitorais formadas pelos candidatos que obtiveram sucesso ao buscar a reeleição no executivo municipal.

### 2.3 O Instituto da Reeleição

O debate sobre a prática da reeleição na literatura brasileira mobiliza autores das mais diversas áreas do conhecimento que discutem sobre o fenômeno em seus diversos níveis. Porém, em grande parte, esses estudos concentram-se nas esferas federal e estadual.

Há uma lacuna significativa de estudos que se debruçam sobre a reeleição na esfera municipal, analisando as estratégias de campanha adotadas pelos candidatos. Ainda mais escassos são os estudos que examinam as coligações estabelecidas, os aspectos do eleitorado e a organização partidária dos prefeitos reeleitos nesse âmbito. Como aponta Kerbauy (2022), as análises sobre o sistema partidário e o sistema eleitoral brasileiro sempre desconsideraram as eleições municipais e o papel dos partidos neste ciclo eleitoral. Compreender as dinâmicas por trás da reeleição dos prefeitos é essencial para uma análise abrangente do sistema político brasileiro.

No que se refere aos estudos sobre reeleição presidenciais, Machado (2009) observa como o HGPE oferece enquadramentos narrativos que auxiliam o eleitorado na tomada de decisão e na visibilidade do candidato à reeleição. A autora analisou a produção dos discursos do HGPE na TV dos candidatos à reeleição, Fernando Henrique (PSDB) em 1998 e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2006. Machado (2009) afirma que a retórica da reeleição favorece posições privilegiadas na disputa presidencial, dando ênfase aos discursos que trazem o favorecimento da continuidade da gestão administrativa, o lugar de autoridade do candidato-Presidente e a ênfase em discurso programático de cunho econômico.

Martins, Mansano, Parré e Plasa (2016), utilizaram métodos de econometria espacial para analisar os principais fatores da reeleição da Presidenta Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014. Os dados apontaram que a candidata recebeu a maioria dos votos nos municípios menores e menos desenvolvidos. Outro fato a se destacar nesse estudo é a relação benéfica da presença do governador na mesma coligação que a candidata à presidência. Os autores afirmaram que "[...] nos estados em que o governador eleito compartilhava a mesma coligação que a presidente reeleita, foi um quesito positivo nos votos da candidata" (MARTINS; MANSANO; PARRÉ; PLASA, 2016, p. 166). Por outro lado, a presença de prefeitos do mesmo partido ou coligação, não beneficiou a candidata.

Pereira e Rennó (2007), analisaram os determinantes do sucesso eleitoral para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998 e 2002. Os autores utilizaram modelos estatísticos com técnicas de máxima verossimilhança que indicaram que, em 1998, a proximidade dos candidatos à reeleição para a Câmara dos Deputados com o Presidente da República teve um forte impacto no seu sucesso eleitoral. Porém, para as eleições de 2002, essa variável não apresentou nenhum valor significativo. A análise realizada pelos autores aponta para o fato de que "quem gastou mais, obteve mais votos na eleição anterior, concentrou menos votos e mudou menos de partido, tem maior chance de ser reeleito" (PEREIRA; RENNÓ, 2007, p. 679). Mas, cabe salientar que os autores chamam atenção para a importância do impacto do Presidente na relação entre Deputado Federal e Presidente. Esse impacto estaria condicionado às características da eleição presidencial, ou seja, sofre mudanças de uma eleição para outra, dependendo da posição do presidente no processo eleitoral. Segundo os autores, isso significa que "[...] esta variável apenas tem seu efeito atenuado em momentos eleitorais onde o Presidente se ausenta do processo eleitoral [...]" (PEREIRA; RENNÓ, 2007, p. 680).

Ainda nas análises sobre deputados reeleitos, Eduardo (2015), ao examinar os candidatos a deputado estadual e federal em Minas Gerais nas eleições de 2010, chegou à conclusão de que os candidatos à reeleição são eleitoralmente mais fortes que os demais, e que os candidatos novatos possuem um fraco desempenho. Porém, o grau de competitividade das eleições analisadas é baixo, devido ao fato de que a maioria dos votos se concentrou em candidatos à reeleição.

Nos estudos de Barreto (2012) sobre o desempenho dos deputados federais nas eleições de 2006, considera que não há uma fórmula específica de sucesso devida à configuração atual do sistema eleitoral. Segundo o autor, obter mais votos e/ou melhorar o posicionamento na lista não são fatores determinantes para a manutenção do mandato.

Já Moraes e Koprik (2018), após analisarem a reeleição dos deputados federais no Brasil na eleição de 2014 à luz da teoria dos jogos, concluíram que o desempenho de um parlamentar em seu primeiro mandato é maior do que um desempenho de um parlamentar reeleito. As autoras consideram, assim, que a reeleição não é benéfica ao sistema político, visto que os parlamentares analisados obtiveram um maior desempenho em seu primeiro mandato, antes da reeleição.

Em relação ao instituto da reeleição no executivo municipal, diversas são as contribuições da literatura brasileira sobre o tema. Cabe destacar os estudos de Araújo,

Neto e Lima (2020), que analisaram a influência da qualidade de educação, medida pelo Ideb, na reeleição de prefeitos cearenses em 2012. Seus testes estatísticos de análise de regressão apontaram que essa variável não afetou a probabilidade de reeleição dos prefeitos no universo estudado. A influência nessa situação veio pelos gastos *per capita* na área educacional.

Em relação à influência dos dados fiscais na reeleição, Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005) contribuíram com o debate quando analisaram essas variáveis nas eleições executivas municipais de 2000 no Brasil. Os testes estatísticos dos autores apontam para resultados que sugerem que os gastos das prefeituras serão mais controlados, quanto maiores forem as chances de reeleição desses prefeitos. Quando a despesa pública *per capita* aumenta, segundo os autores, esse comportamento torna-se ainda mais forte. Esses resultados corroboram os argumentos de Silva e Braga (2013) quando examinaram as chances de reeleição dos prefeitos do estado da Bahia nas eleições de 2000, 2004 e 2008. Os autores concluíram que os eleitores punem os prefeitos que aumentam seus gastos no ano eleitoral, dificultando, assim, sua reeleição.

Veiga, Santos e Neves (2011) analisaram o voto na reeleição de prefeitos de oito capitais brasileiras na eleição de 2008, observando mecanismos explicativos para a tomada de decisão dos eleitores internos (escolha do eleitor) e externos (alternativas apresentadas pelos partidos). Em suma, os resultados de testes de regressão aplicados pelos autores apontaram que a avaliação positiva da administração municipal aumenta as chances de se votar no candidato a reeleição.

A variável de alinhamento partidário do prefeito com os cargos de governador e presidente também se mostraram significantes nos estudos de Coelho (2020) e de Silva e Braga (2013). Em ambos os casos, essa variável apresentou maiores chances de reeleição para os prefeitos. Por outro lado, Coelho (2020) destacou que a variável de coligação não teve relevância significativa em seus testes. O autor aponta que o resultado pode ser explicado pelo fato de que as relações de coligações em níveis municipais são muito voláteis.

Conforme exposto, a literatura sobre os prefeitos reeleitos não traz análises sobre os indicadores utilizados nesse relatório: as questões de organização partidária (diretório e comissões provisórias) tampouco suas estratégias de coligações. Em relação à literatura clássica internacional, os estudos sobre a reeleição observam os motivos pelos quais os candidatos congressistas norte-americanos (deputados) se reelegem de forma constante e segura.



Entre estes estudos destaca-se as contribuições de Mayhew (1974), que analisou como os congressistas mobilizam variados recursos, ainda durante seus mandatos iniciais, com a finalidade de alcançar vantagens eleitorais. O autor afirma que durante o seu primeiro mandato, os congressistas já realizam atividades para maximizar seus votos futuros seja no aumento do número de eleitores, seja na fidelização do seu eleitorado, visando a reeleição. Mayhew (1974) afirma que a própria estrutura do Congresso americano o torna um lugar propício para os congressistas praticarem suas atividades eleitorais, pois eles contam com recursos favoráveis a isso, como a contratação de assessores, verbas para materiais publicitários, manutenção de seus gabinetes, entre outros além dos recursos indiretos de prestígio e a facilidade de conseguir apoios convincentes e estratégicos.

Mayhew (1974) marcou a literatura norte-americana com suas análises e a partir delas, outros autores começaram a observar a força dos candidatos à reeleição (*incumbents*) em relação aos seus concorrentes (*challengers*). Nesse sentido, Fiorina (1977) reforça os argumentos de Mayhew (1974) ao afirmar que os congressistas norte-americanos têm como principal objetivo alcançar a reeleição. Para o autor, a prestação de serviços ao eleitorado (*constituency service*) é o principal foco de força dos candidatos à reeleição, pois ainda durante seus mandatos é através desse recurso que os congressistas podem estreitar os laços com o seu eleitorado.

Fenno (1978) corrobora com as análises de Fiorina (1977) ao afirmar que a força dos candidatos à reeleição concentra-se no constante contato com os eleitores. Em suas análises acompanhando as rotinas de deputados, o autor observou que cada congressista desenvolve um estilo próprio de contato e aproximação com seu eleitorado, seja pelo modo de vestir ou de falar, os congressistas utilizam desse artifício para demonstrar que são responsáveis para representar os interesses pessoais dos seus eleitores dentro do Congresso.

Por fim, têm-se as contribuições de Jacobson (1989) ao afirmar que a maneira como o deputado age no Congresso é influenciada pelas suas estratégias eleitorais ao longo de sua campanha. Para o autor, o contexto eleitoral, o perfil dos candidatos, o comportamento dos eleitores e o planejamento das campanhas dos candidatos são os principais indicadores para compreender o cenário eleitoral de um candidato à reeleição, pois possuem interferência direta na obtenção da cadeira no Congresso. O autor defende a ideia de que "entender por que – e como – os incumbentes se saem tão bem é

fundamental para compreender os pontos fortes e fracos da Câmara como instituição” (JACOBSON, 1989, p. 26, tradução própria).

De maneira geral, os estudos aqui apontados da literatura clássica norte-americana evidenciam que os candidatos congressistas à reeleição possuem benefícios estruturais como uma vantagem em relação aos demais candidatos. Além disso, os autores evidenciam ainda que a aspiração à reeleição pelos candidatos é algo visado desde o primeiro mandato, assim como ocorre no Brasil.

### **3 A REELEIÇÃO DOS PREFEITOS EM 2020 NO BRASIL**

#### **3.1 Os municípios em que os prefeitos foram reeleitos em 2020**

As eleições do executivo municipal de 2020 contaram com 19.073 candidatos ao cargo de prefeito, organizados em 33 partidos políticos, todos os partidos registrados no TSE: AVANTE, CIDADANIA, DC, DEM, MDB, NOVO, PATRIOTA, PC do B, PCB, PCO, PDT, PL, PMB, PMN, PODE, PP, PROS, PRTB, PSB, PSC, PSD, PSDB, PSL, PSOL, PSTU, PT, PTB, PTC, PV, REDE, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE e UP.

Concorreram à reeleição 3.176 candidatos (16,65% em relação ao total de candidatos concorrentes ao cargo de prefeito) organizados em 26 partidos: AVANTE, CIDADANIA, DC, DEM, MDB, PATRIOTA, PC do B, PDT, PL, PMN, PODE, PP, PROS, PSB, PSC, PSD, PSDB, PSL, PSOL, PT, PTB, PTC, PV, REDE, REPUBLICANOS e SOLIDARIEDADE. Os seguintes partidos não lançaram candidatos à reeleição: NOVO, PCB, PCO, PMB, PRTB, PSTU e UP.

Foram reeleitos 2.069 prefeitos<sup>2</sup>, organizados em 24 partidos. Os partidos que lançaram candidatos à reeleição e não conseguiram se reeleger foram os partidos DC e PSOL. O partido que mais reeleger prefeitos nesse ano, em números absolutos, foi o MDB, sendo responsável pela reeleição de 338 prefeitos, seguido do Progressistas (280 prefeitos reeleitos) e do PSDB (252 prefeitos reeleitos). Considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de candidatos reeleitos, o partido que mais reeleger nesse aspecto foi o REDE, com 100% de reeleição de seus candidatos. O partido REDE lançou apenas dois candidatos à reeleição na Bahia, em municípios com menos de 40 mil eleitores. Em seguida, considerando ainda esse aspecto, o segundo

---

<sup>2</sup> Considera-se aqui como prefeitos reeleitos aqueles candidatos que foram eleitos na urna em 2016 e novamente eleitos na urna em 2020.

partido que mais reelegeu prefeitos proporcionalmente aos candidatos lançados foi o PATRIOTA, que contou com a reeleição de 73% dos seus candidatos lançados, seguido do Progressistas, que reelegeu 69% dos seus candidatos.

Em um primeiro momento, nossa análise procurou observar o tamanho do município e do eleitorado onde os prefeitos foram eleitos. Para o tamanho do município, consideramos o número de habitantes do último censo realizado, em 2010, pelo IBGE.

Para o tamanho do eleitorado, utilizamos o número de eleitores em cada município no ano corrente da eleição analisada, 2020, disponibilizado pelo TSE.

Considerando que os dados referentes ao número de habitantes e eleitorado não são muito contrastantes, a análise será feita a partir do tamanho do eleitorado, visto que nossa análise ocorre na arena eleitoral com o intuito de observar as estratégias utilizadas pelos candidatos no momento da campanha.

A divisão territorial do IBGE (2022) considera como municípios de pequeno porte aqueles que possuem até 20.000 habitantes; médios municípios: aqueles que possuem entre 20.001 e 100.000 habitantes; e grandes municípios: aqueles que possuem mais de 100.000 habitantes. Para complementar a divisão realizada pelo IBGE e observar de forma desagregada os municípios acima de 100.000 habitantes, os dados foram organizados por faixas de eleitorado, em que se tem a Faixa A) 0 a 20.000 eleitores; Faixa B) 20.001 a 100.000 eleitores; Faixa C) 100.001 a 200.000 eleitores; Faixa D) 200.001 a 500.000 eleitores; Faixa E) 500.001 a 1.000.000 eleitores e Faixa F) 1.000.001 ou mais eleitores.

A tabela 1 apresenta informações sobre o número absoluto de candidatos à reeleição e de prefeitos reeleitos, e o percentual de reeleitos nas eleições municipais de 2020, agrupados pelas faixas de eleitorado. O objetivo é compreender qual o percentual de reeleitos alcançado em cada faixa de eleitorado.

**Tabela 1 – Prefeitos Candidatos à reeleição e Prefeitos reeleitos em 2020 por faixa de eleitorado**

<b>Faixas</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Nº de Pref. candidatos à reeleição</b>	<b>Nº de Prefeitos reeleitos</b>	<b>% de reeleitos*</b>
A	0 a 20.000	2.386	1.555	65%
B	20.001 a 100.000	663	420	63%
C	100.001 a 200.000	70	52	74%
D	200.001 a 500.000	44	32	73%
E	500.001 a 1.000.000	9	8	89%
F	1.000.001 ou mais	4	2	50%
<b>TOTAL</b>		<b>3.176</b>	<b>2.069</b>	<b>65%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por faixa de eleitorado

As faixas A e B (municípios de até 100.000 eleitores, foram as que mais concentraram candidatos à reeleição. Na faixa A, 65% dos prefeitos da disputa foram reeleitos, enquanto na faixa B, 63% dos candidatos foram reeleitos. Nas faixas C e D, foram reeleitos 74% e 73% dos prefeitos da disputa, respectivamente. Na faixa E, 89% dos prefeitos foram reeleitos e na faixa F, 50% dos prefeitos que disputaram à reeleição, foram reeleitos. A disputa da reeleição de prefeitos em municípios com mais de 1 milhão de eleitores ocorreu em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS), apenas os candidatos de Belo Horizonte (Alexandre Kalil-PSD) e de Curitiba (Rafael Greca-DEM), alcançaram a reeleição.

Na tabela 2, observamos o percentual do lançamento de candidaturas por partido considerando as faixas de eleitorado. A maioria dos partidos lançaram seus candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 em municípios da faixa A, B e C (até 200.000 eleitores).

**Tabela 2 – Percentual de candidatos lançados à reeleição no executivo municipal por partido x faixa de eleitorado em 2020**

<b>PARTIDO</b>	<b>FAIXA A</b>	<b>FAIXA B</b>	<b>FAIXA C</b>	<b>FAIXA D</b>	<b>FAIXA E</b>	<b>FAIXA F</b>	<b>TOTAL</b>
<b>AVANTE</b>	83,7%	14,0%	2,3%				100,0%
<b>CIDADANIA</b>	76,8%	17,1%	2,4%	2,4%	1,2%		100,0%
<b>DC</b>	100,0%						100,0%
<b>DEM</b>	74,4%	20,4%	3,2%	1,6%		0,3%	100,0%
<b>MDB</b>	78,9%	17,6%	2,1%	1,2%	0,2%		100,0%
<b>PATRIOTA</b>	72,7%	27,3%					100,0%
<b>PC do B</b>	76,7%	23,3%					100,0%
<b>PDT</b>	72,3%	26,5%	0,6%	0,6%			100,0%
<b>PL</b>	78,8%	17,6%	1,8%	1,8%			100,0%
<b>PMN</b>	71,4%	28,6%					100,0%
<b>PODE</b>	63,0%	25,9%	7,4%		3,7%		100,0%
<b>PP</b>	77,7%	19,9%	1,2%	1,0%	0,2%		100,0%
<b>PROS</b>	64,3%	35,7%					100,0%
<b>PSB</b>	71,3%	25,5%	1,9%	1,3%			100,0%
<b>PSC</b>	65,2%	31,8%		3,0%			100,0%
<b>PSD</b>	73,1%	22,5%	2,1%	1,6%	0,5%	0,3%	100,0%
<b>PSDB</b>	71,2%	22,4%	2,4%	3,0%	0,8%	0,3%	100,0%
<b>PSL</b>	78,1%	18,8%	3,1%				100,0%
<b>PSOL</b>	100,0%						100,0%
<b>PT</b>	71,8%	23,1%	5,1%				100,0%
<b>PTB</b>	82,9%	15,2%	1,0%	1,0%			100,0%
<b>PTC</b>	75,0%		25,0%				100,0%
<b>PV</b>	86,4%	13,6%					100,0%
<b>REDE</b>	50,0%	50,0%					100,0%
<b>REPUBLICANOS</b>	74,8%	19,6%	4,7%			0,9%	100,0%
<b>SD</b>	72,0%	24,0%	2,0%	2,0%			100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>75,1%</b>	<b>20,9%</b>	<b>2,2%</b>	<b>1,4%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Os candidatos à reeleição dos partidos DC e PSOL concentraram-se apenas em municípios da faixa A, e esses partidos não conseguiram a reeleição. Com exceção do DC e PSOL, todos os outros partidos desse cenário analisado lançaram candidatos em pelos menos duas faixas de eleitorado, com maior concentração nas faixas A e B. Apenas 4 partidos lançaram candidatos à reeleição em pelo menos 5 faixas de eleitorado, sendo eles CIDADANIA, DEM, MDB e o PP. Os partidos PSD e PSDB foram os únicos que lançaram candidatos em todas as 6 faixas de eleitorado, demonstrando uma ampla atuação nas eleições municipais em municípios de diversos portes. Nos municípios da faixa F, com mais de 1 milhão de eleitores, apenas 4 partidos

lançaram candidatos à reeleição, sendo eles o DEM, PSD, PSDB e o REPUBLICANOS.

Analisamos a performance de cada partido por faixa do eleitorado, com o objetivo de captar em qual tamanho do eleitorado de cada partido obteve mais sucesso em relação ao número de prefeitos reeleitos. Apresentamos os dados na Tabela 3 considerando o número absoluto de prefeitos reeleitos por partido e o percentual da proporção entre o número de candidatos lançados e o número de candidatos reeleitos por faixa de eleitorado.

Considerando o valor proporcional entre os candidatos lançados e os reeleitos, o partido que apresentou o melhor desempenho na faixa A foi o AVANTE, que reelegeu 58% dos seus candidatos nessa categoria. Na faixa B, o partido com melhor desempenho foi o REDE, que reelegeu 50% dos seus candidatos. Na faixa C, o partido com melhor desempenho foi o PODE, que reelegeu 7% de seus candidatos. Na faixa D, o partido com melhor desempenho foi o PSDB, que reelegeu 2,4% de seus candidatos. Na faixa E, o partido com melhor desempenho foi o PODE, que reelegeu 3,7% de seus candidatos. Na faixa F, os únicos partidos que reelegeram candidatos à prefeito foram o PSD e o DEM.

Os 10 partidos que mais reelegeram prefeitos em número absolutos (MDB, PP, PSDB, PSD, DEM, PL, PDT, PSB, PT e REPUBLICANOS) obtiveram uma melhor performance nas Faixas A e B, ou seja, em cidades de até 100.000 eleitores. Ainda nessa perspectiva, o MDB foi o partido que mais reelegeu prefeitos em municípios de até 20.000 eleitores (267), o PP foi o que mais reelegeu em municípios até 100.000 eleitores (60).

**Tabela 3 – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos por partido x Faixa de Eleitorado (2020)**

PARTIDO	Total de candidatos à reeleição	FAIXA A		FAIXA B		FAIXA C		FAIXA D		FAIXA E		FAIXA F		Taxa de reeleitos***
		Nº*	%**	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	%
MDB	512	267	52%	56	11%	8	2%	6	1,2%	1	0,2%	0	0,0%	66%
PP	403	215	53%	60	15%	1	0%	3	0,7%	1	0,2%	0	0,0%	69%
PSD	383	188	49%	51	13%	7	2%	3	0,8%	2	0,5%	1	0,3%	66%
PSDB	371	180	49%	52	14%	8	2%	9	2,4%	3	0,8%	0	0,0%	68%
DEM	309	148	48%	39	13%	7	2%	4	1,3%	0	0,0%	1	0,3%	64%
PL	165	89	54%	18	11%	3	2%	2	1,2%	0	0,0%	0	0,0%	68%
PSB	157	69	44%	27	17%	2	1%	1	0,6%	0	0,0%	0	0,0%	63%
PDT	155	74	48%	28	18%	1	1%	1	0,6%	0	0,0%	0	0,0%	67%
PT	117	52	44%	15	13%	5	4%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	62%
REPUBLICANOS	107	45	42%	13	12%	4	4%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	58%
PTB	105	51	49%	9	9%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	57%
CIDADANIA	82	42	51%	10	12%	1	1%	1	1,2%	0	0,0%	0	0,0%	66%
PSC	66	27	41%	13	20%	0	0%	1	1,5%	0	0,0%	0	0,0%	62%
SD	50	16	32%	6	12%	1	2%	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	48%
AVANTE	43	25	58%	2	5%	1	2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	65%
PSL	32	16	50%	4	13%	1	3%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	66%
PC do B	30	17	57%	3	10%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	67%
PODE	27	9	33%	5	19%	2	7%	0	0,0%	1	3,7%	0	0,0%	63%
PV	22	12	55%	1	5%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	59%
PROS	14	2	14%	4	29%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	43%
PATRIOTA	11	6	55%	2	18%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	73%
PMN	7	3	43%	1	14%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	57%
PTC	4	1	25%	0	0%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	25%
REDE	2	1	50%	1	50%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	100%
DC	1	0	0%	0	0%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0%
PSOL	1	0	0%	0	0%	0	0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>3.176</b>	<b>1.555</b>		<b>420</b>		<b>52</b>		<b>32</b>		<b>8</b>		<b>2</b>		<b>65%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Nº de prefeitos reeleitos pelo partido

\*\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por faixa de eleitorado.

\*\*\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por partido

### 3.2 Coligações e Prefeitos reeleitos em 2020

As coligações estabelecidas pelos prefeitos reeleitos de 2020 foi observado em perspectiva comparada com as coligações dos prefeitos reeleitos na eleição anterior (2016). Em 2016, foram reeleitos 1.211 prefeitos<sup>3</sup>, quando apenas 13 prefeitos foram reeleitos sem a estratégia da coligação, conforme exposto na Tabela 4. Em 2020, observamos que 1.897 prefeitos (92%) foram reeleitos com o uso das coligações, enquanto 172 (8%) foram reeleitos sem coligações.

**Tabela 4 – Estratégias de coligações utilizadas pelos prefeitos reeleitos em 2016 e em 2020**

<b>Categorias</b>	<b>Eleição 2016</b>	<b>Eleição 2020</b>
Número Total de Prefeitos reeleitos	1.211	2.069
Número Total Prefeitos reeleitos com coligação	1.198	1.897
Número Total Prefeitos reeleitos sem coligação	13	172
Média de partidos por coligação	7,39	4,1
Partido que mais reelegeu pref. com coligação	MDB (220)	MDB (294)
Partido que mais reelegeu pref. sem coligação	PP, MDB (5)	MDB (44)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

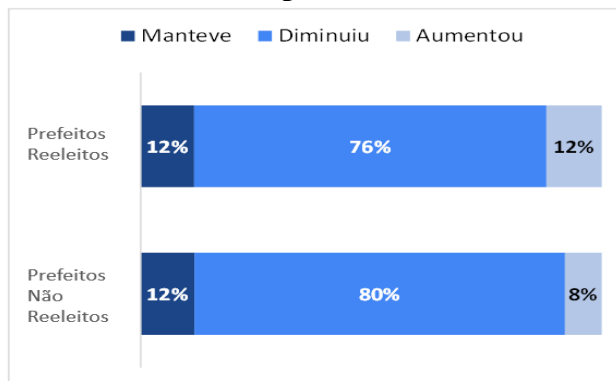
A média de partidos por coligação dos prefeitos reeleitos em 2016, foi de 7,39. Já na eleição de 2020, constatamos que o número de prefeitos reeleitos sem coligação foi maior do que na reeleição passada (172), e a média de partidos por coligação caiu para 4,1. Os candidatos reeleitos em 2020 diminuíram o número de partidos na sua coligação, assim como uma quantidade significativa de prefeitos foram reeleitos sem coligar. Esse movimento fez parte das estratégias de todos os candidatos à reeleição no

<sup>3</sup> É necessário informar que há uma falta de precisão em relação ao número dos prefeitos reeleitos em notícias e trabalhos acadêmicos. De acordo com o TSE (2016), em 2016, “1.369 prefeitos obtiveram votos para a recondução ao cargo já no primeiro turno”. De acordo com Peixoto *et. al* (2021, p. 98), em 2016, 1.251 prefeitos foram reeleitos. O tratamento de dados realizado nessa dissertação, chegou ao número de 1.211 prefeitos reeleitos em 2016. Primeiramente, deve-se considerar qual a definição de prefeitos reeleitos foi utilizada no tratamento dos dados divulgados. Apesar disso, faz-se necessário salientar que os dados disponibilizados pelo Portal de Dados Abertos do TSE possuem muitos erros que podem alterar significativamente esse resultado, como valores duplicados, CPFs e nomes de candidatos digitados incorretamente e casos em que se tem o registro de dois prefeitos eleitos na mesma cidade. Além disso, a variável “ST\_REELEICAO”, que indica se o candidato está concorrendo ou não à reeleição no banco de dados do TSE das eleições de 2020, é uma informação autodeclarada pelo candidato, que se analisada por si só, retorna o valor de 976 prefeitos reeleitos. Isso acontece porque nem todos os candidatos fazem a declaração correta da sua situação de reeleição no momento da candidatura. Muitos desafios foram percorridos ao longo da construção dessa dissertação pelos motivos descritos, fazendo que o tratamento dos dados ocorresse de forma menos automatizada devido a esses obstáculos. É necessária uma maior aproximação do TSE para com as pesquisadoras e acadêmicas afim de corrigir essas imprecisões e facilitar o uso dos dados disponibilizados.



executivo municipal nesse pleito, inclusive dos candidatos que não foram reeleitos, conforme demonstrado na figura 2.

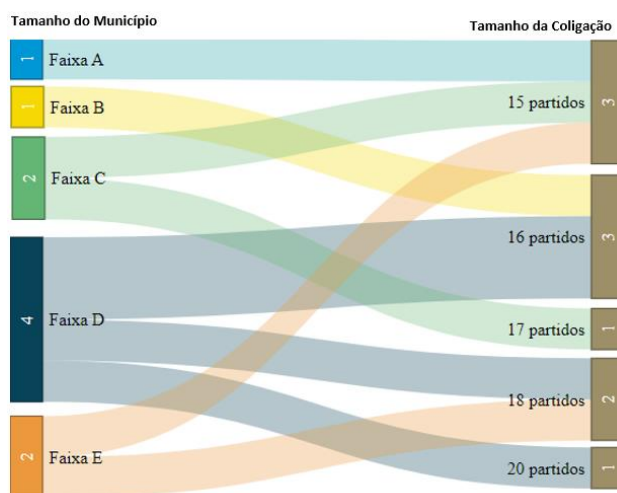
**Figura 2 – Tamanho das coligações dos candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Analizamos as coligações compostas por 15, 16, 17, 18 e 20 partidos, as maiores coligações dos prefeitos reeleitos em 2020. Foram 10 prefeitos reeleitos com coligações acima de 15 partidos, sendo um prefeito reeleito com a coligação composta por 20 partidos. Interessante observar que desses 10 casos, seis ocorrem em municípios das faixas D e E, ou seja, acima de 200 mil eleitores. Apenas quatro prefeitos foram reeleitos com coligações formadas por mais de 15 partidos em municípios das faixas A, B e C, ou seja, até 200 mil eleitores. No geral, as maiores coligações dos prefeitos reeleitos em 2020 aconteceram nos maiores municípios, conforme demonstrado na figura 3.

**Figura 3 – Tamanho do Município x Tamanho da Coligação – Prefeitos reeleitos em 2020 com coligações de 15 a 20 partidos**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em ambas reeleições, o MDB foi o partido que mais reelegeu prefeitos com coligação, em números absolutos, obtendo um desempenho parecido em ambos os pleitos, sendo 220 prefeitos reeleitos com coligação pelo partido em 2016 e 294 prefeitos reeleitos na mesma categoria em 2020. O partido também obteve o destaque nas duas eleições para a categoria de prefeitos reeleitos sem coligações, sendo que em 2016 reelegeu 5 prefeitos nessa categoria, em empate com o PP, e em 2020 reelegeu 44 prefeitos nessa categoria.

### **3.3 Organização partidária dos prefeitos reeleitos em 2020**

Na disputa pela recondução do executivo municipal em 2020, 57% dos candidatos à reeleição possuíam seus partidos organizados em Comissões Provisórias, enquanto 43% possuíam Diretórios<sup>4</sup>. Os diretórios são órgãos mais organizados, autônomos e duradouros, com maior complexidade e mais membros, enquanto as comissões provisórias são órgãos de vida curta, com baixa complexidade e com baixa autonomia, podendo ocorrer a destituição a qualquer momento (BRAGA, 2008; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011).

A organização partidária do tipo Comissão Partidária foi o que prevaleceu para o pleito deste ano. Essa proporção se mantém para os candidatos reeleitos e não reeleitos do executivo municipal, conforme exposto na tabela 5.

---

<sup>4</sup> Outro desafio enfrentado ao longo dessa dissertação foi a coleta dos dados sobre a organização partidária de abrangência municipal. Esses dados referem-se à organização partidária registrada no período de ocorrência da eleição analisada (novembro de 2020). O TSE não disponibiliza essas informações compiladas em formato de arquivos de metadados no seu repositório do Portal de Dados Abertos, como é feito para os dados sobre candidatos e resultados eleitorais. Assim, torna-se impossível a extração agregada e um tratamento automatizado dos dados em programas de processamento de grandes bancos de dados, como o R. Os dados aqui utilizados sobre a organização partidária foram coletados de forma manual no Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP3) do TSE. Esse é o único sistema que fornece as informações sobre o registro da organização partidária de abrangência municipal, porém, é um sistema de gerenciamento de informações partidárias, construído para que os responsáveis pelos partidos registrem as informações solicitadas pelo TSE. O modo de visualização do SGIP3 dificulta o trabalho de pesquisadoras que precisam da informação sobre o tipo de organização partidária e dificulta ainda mais para aquelas pesquisadoras que analisam os municípios em escala nacional, como é o caso enfrentado nesta dissertação. Novamente, faz-se necessário uma maior aproximação do TSE para com as pesquisadoras e acadêmicas para facilitar o uso dos dados disponibilizados e também para uma melhor organização dos dados eleitorais de abrangência municipal.

**Tabela 5 – Organização partidária dos candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020**

<b>Organização Partidária</b>	<b>Prefeitos reeleitos</b>	<b>Prefeitos não reeleitos</b>	<b>Total Geral</b>
Comissão Partidária	56%	60%	57%
Diretório	44%	40%	43%
<b>Total Geral</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A seguir, a tabela 6 analisa qual a estrutura organizacional dos prefeitos reeleitos por partido e suas respectivas estratégias de coligação. Os partidos que mais reelegeram prefeitos em números absolutos e possuíam a maior parte dos seus candidatos com a estrutura de Diretório foram o MDB (77%), PSDB (75%), PDT (68%), PT (97%), e PC do B (70%), respectivamente. Já os partidos que mais reelegeram prefeitos em números absolutos com a estrutura de Comissão Partidária foram o PP (61%), PSD (72%), DEM (69%), PL (88%), PSB (85%), Republicanos (100%), entre outros. Não houve nenhum partido que concentrou todos os seus prefeitos reeleitos em Diretórios, diferente da Comissão Partidária, que para o Republicanos (100%), PSL (100%), PODE (100%), PV (100%), PMN (100%) e PTC (100%), todos os seus candidatos reeleitos possuíam a estrutura de Comissão Partidária. O partido que mais concentrou prefeitos reeleitos em Diretório foi o PT (97%), seguido do MDB (77%).

Em relação à estratégia de coligação, 92% dos prefeitos reeleitos em 2020 faziam uso de coligação. Apenas 8% dos prefeitos foram reeleitos sem coligar. Os partidos SD, PC do B, PODE, PROS, PMN, REDE e PTC reelegeram prefeitos apenas com coligações. Observa-se que o uso de coligações prevalece forte para os partidos na disputa municipal.

**Tabela 6 – Partido x N° de Prefeitos Reeleitos x Tipo de Órgão de direção x Estratégia de coligação (2020)**

PARTIDO	Prefeitos Reeleitos				
	N°	Comissão Provisória	Diretório	Com Coligação	Sem Coligação
MDB	338	23%	77%	87%	13%
PP	280	61%	39%	89%	11%
PSDB	252	25%	75%	94%	6%
PSD	252	72%	28%	93%	7%
DEM	199	69%	31%	92%	8%
PL	112	88%	13%	94%	6%
PDT	104	32%	68%	92%	8%
PSB	99	85%	15%	97%	3%
PT	72	3%	97%	94%	6%
REPUBLICANOS	62	100%	0%	87%	13%
PTB	60	77%	23%	92%	8%
CIDADANIA	54	85%	15%	98%	2%
PSC	41	80%	20%	93%	7%
AVANTE	28	96%	4%	86%	14%
SD	24	88%	13%	100%	0%
PSL	21	100%	0%	86%	14%
PC do B	20	30%	70%	100%	0%
PODE	17	100%	0%	100%	0%
PV	13	100%	0%	92%	8%
PATRIOTA	8	75%	25%	88%	13%
PROS	6	83%	17%	100%	0%
PMN	4	100%	0%	100%	0%
REDE	2	50%	50%	100%	0%
PTC	1	100%	0%	100%	0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.069</b>	<b>57%</b>	<b>43%</b>	<b>92%</b>	<b>8%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A partir desse aspecto, observamos a estrutura organizacional dos partidos que possuíam prefeitos reeleitos com e sem coligações. A tabela 7 apresenta a relação entre os prefeitos reeleitos por partido com o uso da estratégia de coligações e o tipo de órgão de direção. Foram 1.897 prefeitos reeleitos com o uso da estratégia de coligações. Desses, 43% possuíam a estrutura organizacional partidária constituída em diretórios e 57% constituída em comissões provisórias. Observa-se que o MDB, PSDB, PDT e o PT mantiveram o padrão de terem a maioria dos seus candidatos reeleitos com as coligações organizados em diretórios municipais.

**Tabela 7 – Partido x N° de Prefeitos Reeleitos Com coligação x Tipo de Órgão de direção (2020)**

PARTIDO	Prefeitos Reeleitos Com Coligação	Tipo de Órgão de Direção	
	N°	Comissão Partidária	Diretório
MDB	294	24%	76%
PP	249	62%	38%
PSDB	236	25%	75%
PSD	234	74%	26%
DEM	184	70%	30%
PL	105	88%	12%
PDT	96	32%	68%
PSB	96	84%	16%
PT	68	1%	99%
PTB	55	75%	25%
REPUBLICANOS	54	100%	0%
CIDADANIA	53	85%	15%
PSC	38	79%	21%
AVANTE	24	96%	4%
SD	24	88%	13%
PC do B	20	30%	70%
PSL	18	100%	0%
PODE	17	100%	0%
PV	12	100%	0%
PATRIOTA	7	71%	29%
PROS	6	83%	17%
PMN	4	100%	0%
REDE	2	50%	50%
PTC	1	100%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.897</b>	<b>57%</b>	<b>43%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Ao observar como estava composta a estrutura organizacional partidária dos prefeitos reeleitos sem o uso de coligações, o cenário se altera. Conforme consta na tabela 8, foram 172 prefeitos reeleitos sem o uso das coligações. Desses, 51% possuíam a estrutura organizacional partidária organizadas em diretórios e 49% organizadas em comissões provisórias.

**Tabela 8 – Partido x N° de Prefeitos Reeleitos Sem coligação x Tipo de Órgão de direção (2020)**

PARTIDO	Prefeitos Reeleitos SEM Coligação	Tipo de Órgão de Direção	
	N°	Comissão Partidária	Diretório
<b>MDB</b>	44	16%	84%
<b>PP</b>	31	55%	45%
<b>PSD</b>	18	50%	50%
<b>PSDB</b>	16	31%	69%
<b>DEM</b>	15	60%	40%
<b>PDT</b>	8	25%	75%
<b>REPUBLICANOS</b>	8	100%	0%
<b>PL</b>	7	86%	14%
<b>PTB</b>	5	100%	0%
<b>PT</b>	4	25%	75%
<b>AVANTE</b>	4	100%	0%
<b>PSL</b>	3	100%	0%
<b>PSB</b>	3	100%	0%
<b>PSC</b>	3	100%	0%
<b>PATRIOTA</b>	1	100%	0%
<b>PV</b>	1	100%	0%
<b>CIDADANIA</b>	1	100%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>49%</b>	<b>51%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Com base nesses resultados, foi possível observar que para alguns partidos, o diretório importa independente se coligados ou não. É o caso do MDB (84%), PSDB (69%), PDT (75%) e PT (75%), partidos que possuem diretórios e o maior número de prefeitos reeleitos, nesta condição.

Por fim, apresentamos na tabela 9 e 10, cruzando a organização partidária com o uso de coligação em perspectiva comparada entre os prefeitos reeleitos e os prefeitos não reeleitos em 2020, respectivamente.

**Tabela 9 – Relação entre a Organização Partidária x Uso da Coligação pelos Prefeitos Reeleitos em 2020**

	<b>Com Coligação</b>	<b>Sem Coligação</b>	Total Geral
<b>Comissão Provisória</b>	57%	49%	57%
<b>Diretório</b>	43%	51%	43%
Total Geral	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

**Tabela 10 – Relação entre a Organização Partidária x Uso da Coligação pelos Prefeitos Não Reeleitos em 2020**

	<b>Com Coligação</b>	<b>Sem Coligação</b>	Total Geral
<b>Comissão Provisória</b>	61%	59%	60%
<b>Diretório</b>	39%	41%	40%
Total Geral	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

A análise dos dados dessas variáveis permite compreender que a maioria dos prefeitos reeleitos em 2020 com coligação, estavam organizados em comissões provisórias (57%), enquanto a maioria dos prefeitos reeleitos sem coligação, estavam organizados em diretórios (51%). Já os prefeitos não reeleitos, se concentraram em organizações do tipo comissão provisória, mesmo com coligação (61%) ou sem coligação (59%).

É possível perceber uma relação complementar no uso dessas estratégias para se obter sucesso na reeleição do executivo municipal: quando não coligado, a maioria dos prefeitos estavam organizados em diretórios. Quando coligados, a maioria dos prefeitos estavam organizados em comissões provisórias. Os prefeitos não reeleitos concentram-se em organizações do tipo comissão provisória, coligados ou não.

Com esse fator, percebe-se que os laços estabelecidos pelo partido na dinâmica da disputa importam na reeleição de seus candidatos no executivo municipal, sejam laços entre outros partidos (coligação), sejam laços com o território (diretório). Uma estratégia aos partidos para se considerar na disputa pela recondução do executivo municipal nas próximas reeleições é: candidatos que optarem por não se coligar, devem considerar desenvolver mais laços com o território da disputa, ou seja, organizar seus partidos em diretórios.

A partir desse ponto, no tópico a seguir, analisaremos com testes estatísticos qual estratégia mais importa nessas reeleições: a estratégia de coligação, a organização partidária estabelecida ou o tamanho do eleitorado do território em disputa?

### 3.4 Associação entre a coligação, a organização partidária e o tamanho do eleitorado na disputa da recondução do executivo municipal em 2020

As análises realizadas até esse momento se concentram em análises descritivas de estatística básica, muito importante para entender e resumir os dados utilizados. Essas estatísticas fornecem uma visão geral dos dados e ajudam a identificar padrões e tendências, permitindo realizar inferências de forma mais generalizada, ainda mais em um conjunto de dados que descreve cenários nunca observados.

Os números absolutos são úteis para entender a magnitude dos dados e o tamanho da amostra, enquanto os percentuais são particularmente úteis para entender a distribuição dos dados em relação a uma variável específica. Eles fornecem uma medida proporcional de cada categoria da variável e podem ajudar a identificar a categoria mais comum, bem como possíveis desequilíbrios na distribuição de dados, conforme demonstrado na seção anterior, por exemplo, a relação entre o uso da coligação e a organização partidária.

Com o objetivo de avançar na análise dos dados, observar o resultado de interação entre variáveis complexas e poder mensurar qual o fator determinante na reeleição dos prefeitos em 2020, faz-se necessário a utilização de testes estatísticos mais robustos. No nosso caso, pretendemos observar qual estratégia mais importa nessas reeleições: a estratégia de coligação, a organização partidária estabelecida ou o tamanho do eleitorado do território em disputa? A tabela 11 contém a descrição das variáveis utilizadas.

**Tabela 11 – Descrição das variáveis**

Variáveis	Descrição
Reeleição (VD*)	Dummy: Reeleito (1 - Sim); Não reeleito (0 - Não)
Organização Partidária (VI**)	Dummy: Diretório (1); Comissão Provisória (0)
Tamanho da coligação (VI)	Discreta: número total de partidos inseridos na coligação.
Tamanho do eleitorado (VI)	Discreta: número total de eleitores no município no período de ocorrência da eleição analisada (novembro de 2020).

**Fonte:** Elaboração Própria

\*VD: Variável Dependente

\*\*VI: Variável Independente

É importante salientar o uso de métodos quantitativos e testes estatísticos na Ciência Política. A disciplina nem sempre foi aberta a esses modelos de análise, como



bem pontuou Gláucio Soares (2005) ao comentar sobre o período difícil que a Ciência Política brasileira enfrentava na época. Soares (2005, p. 27) pontua que “há uma certa hostilidade em relação aos métodos quantitativos e à estatística; porém, seu lugar não foi ocupado por métodos qualitativos rigorosos, e sim por uma ausência de métodos e de rigor” (SOARES, 2005, p. 27). Ao argumentar sobre a barreira desse problema, o autor aponta para a necessidade de os cursos de pós-graduação investirem em uma formação metodológica mínima, que seja capaz de transformar os professores em pesquisadores, gerando inovações que abram espaços para analisar dados a partir de novas perspectivas.

Pode-se dizer que a aproximação da disciplina com a metodologia quantitativa tem melhorado um pouco ao longo da última década. Ainda que exista uma lacuna nessa questão, a Ciência Política tem se demonstrado mais aberta do que a Sociologia e a Antropologia, por exemplo, no uso das técnicas de pesquisas quantitativas.

De fato, a ciência política apresentou-se bem mais “quantitativa” do que as outras disciplinas (43,8% dos artigos). Contrasta fortemente com o que aconteceu com a sociologia (20,7%), na história (15,7%) e na antropologia (13,2%). No que se refere à estatística avançada, os cientistas políticos a usaram em 14% dos artigos. Uma proporção pequena, mas bem acima de todas as outras (NEIVA, 2015, p. 75).

Fernandes, Filho, Rocha e Nascimento (2020) também abordam sobre os benefícios analíticos associados à correta aplicação e interpretação de análises estatísticas, como modelos de regressão logística. Os autores também enfatizam a necessidade de melhorar a qualidade do treinamento metodológico e técnico durante a graduação e pós-graduação em Ciência Política no Brasil. Os autores apontam a regressão logística como a melhor técnica para lidar com variáveis dependentes dicotômicas. Enfatizam que a utilização desse tipo de variável é comum nas pesquisas em Ciência Política que considerem se: votou ou não votou, venceu ou perdeu eleições, democracia ou não democracia, entre outros.

De fato, a regressão logística é uma técnica estatística amplamente utilizada para prever a probabilidade de um evento ocorrer, além de identificar variáveis importantes e produzir resultados facilmente interpretáveis. Porém, nem todos os casos é aplicável para um bom uso da regressão logística, principalmente quando a relação entre as variáveis não é linear e quando há heterogeneidade de variância. Isso pois a regressão logística assume que a variância dos erros é constante em todas as categorias e quando existem valores extremos nos dados, mas em alguns casos, a retirada de outliers pode

prejudicar o modelo de análise. Para lidar com todos esses casos e que foram encontrados nos dados desse trabalho, a melhor recomendação de análise é a partir dos Modelos Lineares Generalizados (MLG ou GLM em inglês: Generalized Linear Models).

Os GLM foram consolidados do ponto de vista teórico e conceitual, por meio do trabalho seminal de Nelder e Wedderburn no ano de 1972, ao agruparem um grupo de modelos de regressão lineares e exponenciais não lineares, em que a variável dependente possui, por exemplo, distribuição normal, Bernoulli, binomial, Poisson ou Poisson-Gama (SILVA et al, 2019, p. 93 apud FÁVERO, 2015).

O Modelo Linear Generalizado (GLM) é uma técnica estatística com distribuição binomial e função de ligação logit que generaliza o modelo de regressão linear para tratar o efeito de dados que não seguem uma distribuição normal. Ele é um modelo flexível e pode ser usado para modelar relações entre variáveis que não são lineares, além de ser mais apropriado para lidar com situações em que há heterogeneidade ou valores extremos nos dados (AGRESTI, 2002).

A abordagem para lidar com outliers no GLM é feita através da utilização de métodos robustos, que minimizam a influência dos outliers na estimativa dos parâmetros do modelo. Para a análise da amostra utilizada nesse trabalho, o GLM se torna a melhor opção, visto que a observação dos dados contempla municípios que variam entre 948 a 4.883.881 eleitores e coligações que possuem entre 1 a 20 partidos.

Para avaliar a associação entre as variáveis organização partidária, número de partidos na coligação e tamanho do eleitorado com a reeleição dos prefeitos, adotamos o valor de  $p < 0,05$  como medida de significância estatística. O teste GLM foi realizado no software Jamovi (versão 2.2.5)<sup>5</sup>.

Utilizamos a interpretação dos resultados com base na Odds Ratio (OR), ou razões de chance, em português. A OR é uma razão de chances que indica a

---

<sup>5</sup> O Jamovi é software livre e gratuito de análise estatística que vem ganhando popularidade nos últimos anos, especialmente na comunidade científica. Canais de divulgação científica como o Balaio Científico (2023) apontam que muitos pesquisadores estão optando por essa ferramenta por ser uma alternativa mais acessível ao SPSS, sem sacrificar a qualidade e a robustez das análises. O Jamovi tem uma interface gráfica fácil de usar e intuitiva, que permite que mesmo os usuários iniciantes possam facilmente aprender a utilizar o software para análise estatística. A interface amigável facilita especialmente a análise de modelos GLM, pois o software possui uma série de modelos GLM pré-definidos, que abrangem diferentes famílias de distribuição e funções de ligação, permitindo que os usuários personalizem os modelos GLM de acordo com suas necessidades e objetivos de análise. Isso inclui a opção de adicionar variáveis explicativas, alterar as funções de ligação, escolher diferentes opções de estimação e realizar testes de hipóteses. Além disso, o Jamovi gera saídas claras e bem formatadas, fazendo com que a visualização e interpretação dos resultados seja mais fácil do que outros softwares tradicionais.

probabilidade de um evento ocorrer em um grupo em relação a outro grupo, é uma medida de associação que é comumente utilizada em modelos de regressão logística e outros modelos GLM.

É comum de se observar interpretações de análises sendo realizadas com base apenas no p-valor, porém, a OR e p-valor são duas medidas estatísticas diferentes. O p-valor fornece uma medida da força das evidências contra a hipótese nula e é frequentemente utilizado para testar a significância estatística de uma associação entre duas variáveis. A OR compara a chance de um evento ocorrer em dois grupos diferentes e indica o quanto a presença da variável explicativa afeta a probabilidade de o evento ocorrer. A principal diferença entre a Odds Ratio e o p-valor é que a OR fornece informações sobre a magnitude e a direção da associação entre as variáveis, enquanto o p-valor indica se a associação observada é estatisticamente significativa ou não. Uma OR maior que 1 indica que a presença da variável explicativa aumenta a probabilidade de o evento ocorrer, enquanto uma OR menor que 1 indica que a presença da variável explicativa diminui a probabilidade de o evento ocorrer (ROSA; SANTOS; MILANI, 2021).

Ao realizar o modelo GLM para mensurar a associação das variáveis com a reeleição dos prefeitos em 2020, foi possível observar que a organização partidária (OR = 1.535;  $p < 0,016$ ) eleitorado (OR = 0.98;  $p < 0,001$ ) e a coligação (OR = 1.20;  $p < 0,001$ ) apresentaram significância estatística na reeleição os prefeitos, conforme consta na tabela 12.

**Tabela 12 - Estimados dos parâmetros para o efeito da organização partidária, tamanho do eleitorado e coligação sobre a reeleição de prefeitos em municípios brasileiros na eleição de 2020**

	Odds ratio	Intervalo de Confiança (95%)		Z	Valor de p
		Inferior	Superior		
Org Partidária: (D – CP)	1.535	1.083	2.175	2.411	<b>0.016*</b>
Coligação	1.202	1.135	1.272	6.302	<b>&lt; .001*</b>
Eleitorado (mil)	0.98	0.971	0.99	-4.092	<b>&lt; .001*</b>
Coligação * Eleitorado	1.002	1.001	1.004	3.931	<b>&lt; .001*</b>
Eleitorado * Org Partidária (D – CP)	1.008	0.996	1.02	1.251	0.211
Coligação * Eleitorado * Org Partidária: (D – CP)	0.999	0.997	1.001	-0.999	0.318

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.  
\*significância estatística.

Desta forma, o teste realizado indica que candidatos de organização partidária do tipo diretório apresentam 53,5% mais chances de ser reeleito quando comparado com candidatos que disputaram a eleição em organizações do tipo comissão partidária. As coligações mais numerosas apresentam maior chance de reeleição sendo igual a 20% para cada partido que compõe a coligação. Os municípios com maior número de eleitorado apresentam cerca de 2% menos chances de reeleição para cada mil eleitores. Já para as associações entre coligação e eleitorado foi observado um acréscimo de 2% na chance de reeleição. A associação entre o eleitorado e a organização partidária, e a associação entre a coligação, eleitorado e a organização partidária não demonstraram significância estatística.

Portanto, a resposta para a pergunta central realizada nesse trabalho, de qual estratégia mais importa para a reeleição dos prefeitos em 2020, é a organização partidária do tipo diretório. O teste também indica que o tamanho da coligação importa, visto que coligações mais numerosas apresentam maior chance de reeleição. Por fim, o teste também comprova que municípios com maior número de eleitorado apresentam menos chances de reeleição, sendo assim, mais difícil a recondução de prefeitos em grandes municípios.

O próximo tópico analisa como ocorreu a reeleição dos prefeitos em 2020 em cada região e estado brasileiro.

### **3.5 Questões regionais dos prefeitos reeleitos em 2020**

Neste tópico, analisaremos as questões regionais que perpassaram a disputa para a recondução do executivo municipal em 2020, com o objetivo de captar a atuação dos partidos e suas estratégias em regiões e estados brasileiros de diferentes magnitudes.

Conforme demonstrado na tabela 13, a região nordeste foi a que mais apresentou candidatos à reeleição para o executivo municipal (1.049) e a que mais reelegeu prefeitos (692) em números absolutos. A ocorrência da maior taxa de reeleição, considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de reeleitos, foi na região sul, que reelegeu 71% dos seus candidatos que buscavam a recondução.

**Tabela 13 – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por região brasileira**

<b>Região</b>	<b>Tamanho do eleitorado*</b>	<b>Nº de prefeitos à reeleição</b>	<b>Nº de prefeitos reeleitos</b>	<b>Taxa de reeleição**</b>
Norte	5.228.061	269	151	56%
Nordeste	20.488.068	1.049	692	66%
Centro-Oeste	4.751.914	254	164	65%
Sudeste	38.575.617	960	607	63%
Sul	13.464.268	644	455	71%
<b>Total Geral</b>	<b>82.507.928</b>	<b>3.176</b>	<b>2.069</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Nº de eleitores dos 3.176 municípios com candidatos à reeleição do executivo municipal

\*\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por região

Na região norte (tabela 14), os 10 partidos que mais lançaram candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 foram o MDB, DEM, PP, PSD, PL, PSDB, PSC, PT, REPUBLICANOS e SD. O MDB foi o partido que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (38). Considerando a proporção entre os candidatos lançados e os candidatos eleitos, o PODE e PTB alcançam o melhor desempenho (100%), pois reelegeram seu único candidato lançado na região. O segundo melhor desempenho nesse aspecto é do PSD (68%), reelegendo 17 prefeitos na região norte. O CIDADANIA e PV foram os partidos que não conseguiram reeleger seus candidatos.

Na região nordeste (tabela 15), os 10 partidos que mais lançaram candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 foram o PP, PSD, MDB, PSB, DEM, PDT, PT, PL, PSDB, REPUBLICANOS. O PP foi o partido que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (124). Considerando a proporção entre os candidatos lançados e os candidatos eleitos, o PROS (4), PSL (3), PMN (2), e REDE (2) alcançam o melhor desempenho (100%), pois reelegeram todos seus candidatos na região. O segundo melhor desempenho nesse aspecto é do CIDADANIA (83%), reelegendo 24 prefeitos na região nordeste. O PSOL, PTC e PV foram os partidos que não conseguiram reeleger seus candidatos.

Na região centro-oeste (tabela 16), os 10 partidos que mais lançaram candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 foram o PSDB, DEM, PP, MDB, PL, PSD, PDT, REPUBLICANOS, SD, CIDADANIA. O PSDB foi o partido que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (42). Considerando a proporção entre os candidatos lançados e os candidatos eleitos, o PATRIOTA foi o partido que alcançou o melhor desempenho (100%), pois reelegeu todos seus três candidatos na região. O segundo melhor desempenho nesse aspecto é do PSDB (75%) e do PL (75%), que reelegeram 42

e 12 prefeitos na região centro-oeste, respectivamente. O PT foi o único partido que não conseguiu reeleger prefeitos na região, o partido lançou apenas um candidato.

Na região sudeste (tabela 17), os 10 partidos que mais lançaram candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 foram o PSDB, MDB, DEM, PSD, PP, PTB, PL, PSB, CIDADANIA, REPUBLICANOS. O PSDB foi o partido que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (133). Considerando a proporção entre os candidatos lançados e os candidatos eleitos, o PSL (6) e o PC do B (2) foram os partidos que alcançaram o melhor desempenho (100%), pois reelegeram todos seus candidatos na região. O segundo melhor desempenho nesse aspecto é do PT (83%), que reelegeu 10 prefeitos na região sudeste. O DC foi o único partido que não conseguiu reeleger prefeitos na região, o partido lançou apenas um candidato.

Na região sul (tabela 18), os 10 partidos que mais lançaram candidatos à reeleição no executivo municipal em 2020 foram o MDB, PP, PSD, PSDB, PDT, PL, PT, DEM, PTB, PSC. O MDB foi o partido que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (116). Considerando a proporção entre os candidatos lançados e os candidatos eleitos, o PATRIOTA foi o partido que alcançou o melhor desempenho (100%), pois reelegeu seu único candidato lançado na região. O segundo melhor desempenho nesse aspecto é do PODEMOS (86%), que reelegeu 6 prefeitos na região sul. O PROS e SD foram os partidos que não conseguiram reeleger seus candidatos.

**Tabela 14 – Região Norte – Prefeitos Candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido**

<b>Região Norte</b>			
<b>Partidos</b>	<b>Nº de prefeitos à reeleição</b>	<b>Nº de prefeitos reeleitos</b>	<b>Desempenho do partido*</b>
MDB	66	38	58%
DEM	42	27	64%
PP	29	14	48%
PSD	25	17	68%
PL	21	9	43%
PSDB	18	9	50%
PSC	15	8	53%
PT	11	7	64%
REPUBLICANOS	10	6	60%
SD	9	5	56%
PDT	7	3	43%
PSL	4	2	50%
PROS	3	1	33%
PSB	3	2	67%
AVANTE	2	1	50%
CIDADANIA	1	0	0%
PODE	1	1	100%
PTB	1	1	100%
PV	1	0	0%
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>151</b>	<b>56%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por partido na região norte

**Tabela 15 – Região Nordeste – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido**

<b>Região Nordeste</b>			
<b>Partidos</b>	<b>Nº de prefeitos à reeleição</b>	<b>Nº de prefeitos reeleitos</b>	<b>Desempenho do partido*</b>
PP	172	124	72%
PSD	155	99	64%
MDB	131	90	69%
PSB	88	54	61%
DEM	79	47	59%
PDT	70	46	66%
PT	66	41	62%
PL	51	35	69%
PSDB	51	32	63%
REPUBLICANOS	43	28	65%
CIDADANIA	29	24	83%
PTB	29	19	66%
PC do B	28	18	64%
PSC	18	10	56%
AVANTE	9	7	78%
PROS	4	4	100%
PODE	5	3	60%
PSL	3	3	100%
SD	8	3	38%
PMN	2	2	100%
REDE	2	2	100%
PATRIOTA	3	1	33%
PSOL	1	0	0%
PTC	1	0	0%
PV	1	0	0%
<b>Total</b>	<b>1.049</b>	<b>692</b>	<b>66%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por partido na região nordeste



**Tabela 16 – Região Centro-Oeste – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido**

<b>Região Centro-Oeste</b>			
<b>Partidos</b>	<b>Nº de prefeitos à reeleição</b>	<b>Nº de prefeitos reeleitos</b>	<b>Desempenho do partido*</b>
PSDB	56	42	75%
DEM	50	32	64%
MDB	30	18	60%
PP	31	18	58%
PL	16	12	75%
PSD	15	10	67%
PDT	14	9	64%
REPUBLICANOS	9	5	56%
SD	8	5	63%
CIDADANIA	5	3	60%
PATRIOTA	3	3	100%
PODE	3	2	67%
PSB	5	2	40%
PSC	2	1	50%
PSL	3	1	33%
PTB	3	1	33%
PT	1	0	0%
<b>Total</b>	<b>254</b>	<b>164</b>	<b>65%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por partido na região centro-oeste

**Tabela 17 – Região Sudeste – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido**

<b>Região Sudeste</b>			
<b>Partidos</b>	<b>Nº de prefeitos à reeleição</b>	<b>Nº de prefeitos reeleitos</b>	<b>Desempenho do partido*</b>
PSDB	195	133	68%
DEM	114	76	67%
MDB	126	76	60%
PSD	95	54	57%
PP	58	38	66%
PL	47	36	77%
PSB	45	32	71%
PTB	48	25	52%
CIDADANIA	38	21	55%
AVANTE	32	20	63%
REPUBLICANOS	35	18	51%
PDT	20	14	70%
PV	20	13	65%
SD	24	11	46%
PSC	15	10	67%
PT	12	10	83%
PSL	6	6	100%
PODE	11	5	45%
PATRIOTA	4	3	75%
PC do B	2	2	100%
PMN	5	2	40%
PROS	4	1	25%
PTC	3	1	33%
DC	1	0	0%
<b>Total</b>	<b>960</b>	<b>607</b>	<b>63%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por partido na região sudeste

**Tabela 18 – Região Sul – Prefeitos candidatos à reeleição x Prefeitos reeleitos em 2020 por partido**

<b>Região Sul</b>			
<b>Partidos</b>	<b>Nº de prefeitos à reeleição</b>	<b>Nº de prefeitos reeleitos</b>	<b>Desempenho do partido*</b>
MDB	159	116	73%
PP	113	86	76%
PSD	93	72	77%
PSDB	51	36	71%
PDT	44	32	73%
PL	30	20	67%
DEM	24	17	71%
PT	27	14	52%
PTB	24	14	58%
PSC	16	12	75%
PSB	16	9	56%
PSL	16	9	56%
CIDADANIA	9	6	67%
PODE	7	6	86%
REPUBLICANOS	10	5	50%
PATRIOTA	1	1	100%
PROS	3	0	0%
SD	1	0	0%
<b>Total</b>	<b>644</b>	<b>455</b>	<b>71%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por partido na região sul

A tabela 19 apresenta as principais variáveis observadas na reeleição dos prefeitos em cada estado brasileiro: o tamanho do eleitorado da disputa, uso da coligação e organização partidária. Nosso objetivo é observar as diferenças regionais e as características estaduais na reeleição dos prefeitos nesses territórios.

**Tabela 19 – Características estaduais da reeleição de prefeitos em 2020**

Candidatos à reeleição				Prefeitos reeleitos						
Região	UF	Eleitorado da disputa*	Nº de pref. candidatos à reeleição	Nº de prefeitos reeleitos	Taxa de reeleitos**	Média de Partidos/coligação	Com coligação	Sem coligação	Comissão Partidária	Diretório
Norte	AC	189.615	15	8	53%	5,1	100%	0%	13%	88%
	AM	936.045	45	33	73%	5,2	100%	0%	36%	64%
	AP	191.331	12	8	67%	4,5	88%	13%	38%	63%
	PA	2.712.663	83	37	45%	5,0	100%	0%	43%	57%
	RO	702.971	28	17	61%	3,9	100%	0%	71%	29%
	RR	99.097	11	7	64%	5,0	100%	0%	86%	14%
	TO	396.339	75	41	55%	3,2	100%	0%	85%	15%
Nordeste	AL	942.168	60	41	68%	2,7	85%	15%	17%	83%
	BA	6.150.011	281	179	64%	3,6	90%	10%	71%	29%
	CE	2.965.960	106	64	60%	3,7	88%	13%	30%	70%
	MA	2.073.117	111	66	59%	3,4	95%	5%	56%	44%
	PB	1.225.423	120	97	81%	3,1	85%	15%	74%	26%
	PE	3.672.001	114	79	69%	4,1	96%	4%	73%	27%
	PI	1.086.422	119	81	68%	2,5	75%	25%	60%	40%
	RN	1.245.808	97	57	59%	2,8	82%	18%	53%	47%
SE	1.127.158	41	28	68%	3,6	96%	4%	36%	64%	
Centro-Oeste	GO	2.104.679	126	77	61%	4,1	95%	5%	73%	27%
	MS	1.298.575	48	37	77%	4,1	95%	5%	19%	81%
	MT	1.348.660	80	50	63%	4,0	92%	8%	68%	32%
Sudeste	ES	1.331.972	40	24	60%	5,5	100%	0%	50%	50%
	MG	10.032.665	480	316	66%	3,8	94%	6%	76%	24%
	RJ	10.790.556	61	35	57%	6,5	97%	3%	66%	34%
	SP	16.420.424	379	232	61%	4,6	97%	3%	50%	50%
Sul	PR	5.566.002	217	140	65%	4,6	96%	4%	82%	18%
	RS	5.156.585	270	200	74%	3,2	84%	16%	11%	90%
	SC	2.741.681	157	115	73%	3,6	90%	10%	34%	66%
	<b>TOTAL</b>	<b>82.507.928</b>	<b>3.176</b>	<b>2.069</b>	<b>65%</b>	<b>4,1</b>	<b>92%</b>	<b>8%</b>	<b>57%</b>	<b>43%</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

\* Número de eleitores dos municípios com candidatos à reeleição do executivo municipal

\*\*Cálculo do Nº de Prefeitos reeleitos / Nº de Prefeitos candidatos à reeleição por partido

Dos estados que compõem a região norte, o Pará é o que possui o maior eleitorado da disputa para a recondução do executivo municipal, totalizando mais de 2 milhões de eleitores. Foi o estado que apresentou o maior número de candidatos à reeleição (83) nesse aspecto. Em números absolutos, o estado que mais reelegeu prefeitos nessa região foi o Tocantins, com 41 prefeitos reeleitos. Considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos, o estado com melhor desempenho foi o Amazonas, que reelegeu 73% dos candidatos que disputaram a reeleição para o executivo municipal.

Nos estados dessa região, a média de partidos inseridos nas coligações foi de 3,2 a 5,2, sendo o Amazonas o estado com a maior média de partidos por coligação (5,2) e o Tocantins com a menor média (3,2). Em relação ao uso das coligações, é interessante observar que dos 7 estados que compõem a região norte, apenas o Amapá não obteve 100% dos candidatos reeleitos com uso das coligações. Todos os prefeitos reeleitos do Amazonas, Acre, Roraima, Pará, Rondônia e Tocantins utilizaram a estratégia da coligação.

Por fim, em relação a organização partidária dos prefeitos reeleitos nesses estados, o Acre foi o estado que mais reelegeu prefeitos organizados em diretório (88%), seguido do Amazonas (64%), Amapá (63%) e Pará (57%). A comissão partidária foi predominante nos prefeitos reeleitos de Roraima (86%), Tocantins (85%) e de Rondônia (71%).

Dos estados que compõem a região nordeste, a Bahia é o que possui o maior eleitorado da disputa para a recondução do executivo municipal, totalizando mais de 3 milhões de eleitores. A Bahia também foi o estado que apresentou o maior número de candidatos à reeleição (281) e o que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (179). Considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos, o estado com melhor desempenho foi a Paraíba, que reelegeu 81% dos candidatos que disputaram a reeleição para o executivo municipal.

Nos estados dessa região, a média de partidos inseridos nas coligações foi de 2,5 a 4,1, sendo o Pernambuco o estado com a maior média de partidos por coligação (4,1) e o Piauí com a menor média (2,5). Em relação ao uso das coligações, o estado que mais reelegeu prefeitos coligados foi o Sergipe e Pernambuco, em ambos territórios, 96% dos prefeitos reeleitos utilizaram a estratégia da coligação. Nessa região, o estado que mais reelegeu prefeitos sem coligação foi o Piauí, em que 25% dos prefeitos foram reeleitos sem coligar.

Por fim, em relação a organização partidária dos prefeitos reeleitos nesses estados, o Alagoas foi o estado que mais reelegeu prefeitos organizados em diretório (83%), seguido do Ceará (70%) e Sergipe (64%). A comissão partidária foi predominante nos prefeitos reeleitos da Paraíba (74%), Pernambuco (73%), Bahia (71%), Piauí (60%), Maranhão (56%) e Rio Grande do Norte (53%).

Dos estados que compõem a região centro-oeste, Goiás é o que possui o maior eleitorado da disputa para a recondução do executivo municipal, totalizando mais de 1.5 milhões de eleitores. Goiás também foi o estado que apresentou o maior número de

candidatos à reeleição (126) e o que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (77). Considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos, o estado com melhor desempenho foi o Mato Grosso do Sul, que reelegeu 77% dos candidatos que disputaram a reeleição para o executivo municipal.

Nos estados dessa região, a média de partidos inseridos nas coligações foi de 4 partidos em todos seus estados. Em relação ao uso das coligações, 95% dos prefeitos reeleitos em Mato Grosso do Sul e Tocantins estavam coligados, e o Mato Grosso contou com 92% dos prefeitos reeleitos com coligação.

Por fim, em relação a organização partidária dos prefeitos reeleitos nesses estados, o Mato Grosso do Sul foi o único estado da região que mais reelegeu prefeitos organizados em diretório (81%). A comissão partidária foi predominante nos prefeitos reeleitos de Goiás (73%) e Mato Grosso (68%).

Dos estados que compõem a região sudeste, São Paulo é o que possui o maior eleitorado da disputa para a recondução do executivo municipal, totalizando mais de 11.6 milhões de eleitores. Minas Gerais foi o estado que apresentou o maior número de candidatos à reeleição (480) e o que mais reelegeu prefeitos em números absolutos (316). Considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos, Minas Gerais também foi o estado com maior taxa de reeleição, reelegendo 66% dos candidatos que disputaram a reeleição para o executivo municipal.

Nos estados dessa região, a média de partidos inseridos nas coligações foi de 3,8 a 6,5, sendo Rio de Janeiro o estado com a maior média de partidos por coligação (6,5) e Minas Gerais com a menor média (3,8). Em relação ao uso das coligações, 100% dos prefeitos reeleitos no Espírito Santo estavam coligados. Rio de Janeiro e São Paulo reelegeram 97% dos seus prefeitos com coligação, enquanto em Minas Gerais foram 94% dos prefeitos reeleitos com coligação.

Por fim, em relação à organização partidária nesses estados, Espírito Santo e São Paulo contaram com 50% dos seus prefeitos reeleitos em diretórios e 50% em comissões partidárias. Minas Gerais contou com 76% dos seus prefeitos reeleitos em comissões partidárias, e o Rio de Janeiro contou com 66% dos seus prefeitos reeleitos em comissões partidárias.

Dos estados que compõem a região sul, o Paraná é o que possui o maior eleitorado da disputa para a recondução do executivo municipal, totalizando mais de 4.5 milhões de eleitores. O Rio Grande do Sul foi o estado que apresentou o maior número de candidatos à reeleição (270) e o que mais reelegeu prefeitos em números absolutos

(200). Considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos, Rio Grande do Sul também foi o estado com maior taxa de reeleição, reelegendo 74% dos candidatos que disputaram a reeleição para o executivo municipal.

Nos estados dessa região, a média de partidos inseridos nas coligações foi de 3,2 a 4,6, sendo o Paraná o estado com a maior média de partidos por coligação (4,6) e o Rio Grande do Sul com a menor média (3,2). Em relação ao uso das coligações, o estado que mais reelegeu prefeitos coligados foi o Paraná, em que 96% dos prefeitos reeleitos utilizaram a estratégia da coligação. Nessa região, o estado que mais reelegeu prefeitos sem coligação foi o Rio Grande do Sul, em que 16% dos prefeitos foram reeleitos sem coligar.

Por fim, em relação a organização partidária dos prefeitos reeleitos nesses estados, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais reelegeu prefeitos organizados em diretório (90%), seguido de Santa Catarina (66%). A comissão partidária foi predominante apenas nos prefeitos reeleitos do Paraná (82%).

Os 10 estados que apresentaram as maiores taxas de reeleição, considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos, foram Paraíba (81%), Mato Grosso do Sul (77%), Rio Grande do Sul (74%), Amazonas (73%), Santa Catarina (73%), Pernambuco (68%), Sergipe (68%), Piauí (68%) e Amapá (67%). Desses estados, 7 possuíam a maior parte dos prefeitos reeleitos com organizações partidárias do tipo diretório, prevalecendo a comissão partidária entre os prefeitos reeleitos apenas na Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Esse cenário descrito corrobora com os resultados obtidos nos testes estatísticos que evidenciam a importância de o partido estabelecer laços no território em que disputa a reeleição do executivo municipal. A organização partidária do tipo diretório em conjunto com a estratégia do uso da coligação foi amplamente utilizada nos estados com as maiores taxas de reeleição de prefeitos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve como objetivo principal analisar a organização partidária e as coligações dos prefeitos reeleitos no Brasil na eleição municipal de 2020. Os resultados demonstraram que a Comissão Provisória foi o modo de organização mais utilizado pelos prefeitos reeleitos, sendo 56% dos prefeitos reeleitos possuíam seus partidos organizados em Comissões Provisórias, enquanto 44% possuíam Diretórios.

Em relação à estratégia de coligação, 92% dos prefeitos reeleitos em 2020 fizeram uso de coligação. Apenas 8% dos prefeitos foram reeleitos sem coligar. Os partidos SD, PC do B, PODE, PROS, PMN, REDE e PTC reelegeram prefeitos apenas com coligações.

Com base nesses resultados, foi possível observar que para alguns partidos, o diretório importa independente se coligados ou não. É o caso do MDB (84%), PSDB (69%), PDT (75%) e PT (75%), partidos que possuem diretórios e o maior número de prefeitos reeleitos com coligação e sem coligação.

Nesse cenário analisado, é possível perceber uma relação complementar no uso dessas estratégias para se obter sucesso na reeleição do executivo municipal: quando não coligado, a maioria dos prefeitos estavam organizados em diretórios. Quando coligados, a maioria dos prefeitos estavam organizados em comissões provisórias. Os prefeitos não reeleitos concentram-se em organizações do tipo comissão provisória, coligados ou não.

Com esse fator, percebe-se que os laços estabelecidos pelo partido na dinâmica da disputa importam na reeleição de seus candidatos no executivo municipal, sejam laços entre outros partidos (coligação), sejam laços com o território (diretório). Uma estratégia dos partidos para considerar na disputa pela recondução do executivo municipal nas próximas reeleições é: candidatos que optarem por não se coligar, devem considerar desenvolver mais laços com o território da disputa, ou seja, organizar seus partidos em diretórios.

Ao realizar o modelo GLM para mensurar a associação das variáveis com a reeleição dos prefeitos em 2020, foi possível observar que a organização partidária (OR = 1.535;  $p < 0,016$ ) eleitorado (OR = 0.98;  $p < 0,001$ ) e a coligação (OR = 1.20;  $p < 0,001$ ) apresentaram significância estatística na reeleição dos prefeitos. O teste realizado indica que candidatos de organização partidária do tipo diretório apresentam 53,5% de mais chances de ser reeleito quando comparado com candidatos que disputaram a eleição em organizações do tipo comissão partidária. As coligações mais numerosas apresentam maior chance de reeleição sendo igual a 20% para cada partido que compõe a coligação. Os municípios com maior número de eleitorado apresentam cerca de 2% menos chances de reeleição para cada mil eleitores.

Portanto, a resposta para a pergunta central realizada nesse trabalho, de qual estratégia mais importa para a reeleição dos prefeitos em 2020, é a organização partidária do tipo diretório. O teste também indica que o tamanho da coligação importa,



visto que coligações mais numerosas apresentam maior chance de reeleição. Por fim, o teste também comprova que municípios com maior número de eleitorado apresentam menos chances de reeleição, sendo assim, mais difícil a recondução de prefeitos em grandes municípios.

A análise também observou que os 10 estados que apresentaram as maiores taxas de reeleição, considerando a proporção entre o número de candidatos lançados e o número de eleitos, foram Paraíba (81%), Mato Grosso do Sul (77%), Rio Grande do Sul (74%), Amazonas (73%), Santa Catarina (73%), Pernambuco (68%), Sergipe (68%), Piauí (68%) e Amapá (67%). Desses estados, 7 possuíam a maior parte dos prefeitos reeleitos com organizações partidárias do tipo diretório, prevalecendo a comissão partidária entre os prefeitos reeleitos apenas na Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Esse cenário descrito corrobora com os resultados obtidos nos testes estatísticos que evidenciam a importância de o partido estabelecer laços no território em que disputa a reeleição do executivo municipal. A organização partidária do tipo diretório em conjunto com a estratégia do uso da coligação foi amplamente utilizada nos estados com as maiores taxas de reeleição de prefeitos.

Por fim, vale destacar que as eleições municipais no Brasil apresentam uma complexidade multifatorial que desafia análises simplistas. Diversos elementos podem influenciar a disputa eleitoral, além dos fatores econômicos e sociais, deve-se ainda considerar os aspectos culturais e regionais. A interação entre esses fatores cria um ambiente eleitoral dinâmico e único. O resultado desse trabalho aponta que não é apenas com uma estratégia que se alcança o sucesso no jogo (de novo), mas sim, a combinação de várias delas.

## REFERÊNCIAS

- AGRESTI, A. *Categorical Data Analysis*. New York: Wiley, 2002.
- ALDRICH, J. H. **Why Parties?** A second look. University of Chicago Press, 2011.
- ARAUJO, F.; NETO, P.; LIMA, A. Qualidade da educação e probabilidade de reeleição: um estudo nos municípios do Ceará no ano de 2012. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 18, n.1, p. 122-150, jan./jun. 2020.
- BALAIÓ CIENTÍFICO. ERICK. FARIA. Esse é o software que irá substituir o SPSS. Disponível em: < <https://www.balaiocientifico.com/jamovi/substituir-o-spss/>>. Acesso em 10 de mai de 2023.
- BARRETO, A. Reeleição para a Câmara dos Deputados em 2006: é possível vencer as incertezas do sistema eleitoral? **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, Rio de Janeiro, nº. 2, out., de 2012.
- BIZARRO, F.; SANDES, V. Organização faz diferença? estruturas partidárias, filiados e voto em São Paulo nas eleições 2010. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 2, n. 2, p. 174–189, 2011.
- BOLOGNESI, B. et al. **Como os partidos distribuem o dinheiro**: estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil. 11º Encontro da ABCP, Curitiba-PR, 2018.
- BOLOGNESI, B.; BABIRESKI, F. **Organização partidária ao nível municipal**: dinâmicas de poder nas eleições de 2016 em Curitiba. In: 9o Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 2017. v. 26.
- BRAGA, M. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 14, n. 2, p. 454–485, 2008.
- BRAGA, M.; PIMENTEL JR., J. Os partidos políticos brasileiros realmente não
- BRAGA, M.; PIMENTEL, JR. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. In: Cadernos Adenauer XIV, n.2. **Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012**. Rio de janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2013.
- BRAGA, M.; SPECK, B. Organização partidária e carreiras políticas no nível local. **Anais do XII Encontro da Brazilian Studies Association (BRASA)**. King's College London, p. 20–23, 2014.
- BRAGA, S. O uso das mídias sociais é um bom preditor do sucesso eleitoral dos candidatos? Uma análise das campanhas on-line dos vereadores das capitais das regiões

sul, sudeste, e nordeste do Brasil no pleito de outubro de 2012. **Revista Política Hoje**, vol. 22, nº. 2, pp. 125-148, 2013.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997**. Brasília, 04 de jun. de 1997.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 97, de 04 de outubro de 2017**. Brasília, 04 de out. de 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova fim da reeleição para presidente, governador e prefeito**. Brasília, 28 de mai. de 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda à Constituição N. 2020 (Do Dep. Alessandro Molon e outro(a)s)**. Plenário Ulysses Guimarães: Brasília, 9 de set. de 2020.

CAPUTO, A. **O impacto dos gastos públicos com segurança pública sobre a probabilidade de reeleição nos municípios brasileiros**. 28 f. Monografia (Graduação) Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2019.

CARDOSO, F. H. **Reeleição e crises**. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 05. de set. de 2020.

CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, abr/mai, p. 136-163, 2006.

CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 14, p. 255-295, mai./ago., 2014.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 1, pp. 87-104, abr, 2015.

CINQUINI, L. **O impacto do IDEB na probabilidade de reeleição de prefeitos: uma análise da eleição de 2012**. 27 f. Monografia (Graduação) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2017.

COELHO, R. **A influência do calendário eleitoral na inscrição, cancelamento e pagamento de restos a pagar: evidências em municípios brasileiros**. 61 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. 176 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

DIAS, B.; NOSSA, V.; MONTE-MOR, D. O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 52, nº. 5, pp. 880-898, set./out., 2018.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2013.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar/UNB, 1970.

EDUARDO, F. A força dos candidatos à reeleição e o desempenho dos desafiantes: uma análise da competição nas eleições legislativas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, vol. 17, nº. 27, jan./jun. de 2015.

FENNO, R. **Home Style: House Members In Their Districts**. Pearson College Div, 1978.

FIORINA, M. P. **Congress Keystone of the Washington Establishment**. Yale University Press, 1977.

FRANÇA, E. C. V. **O tamanho da coligação partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato?** Uma análise das coligações partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Mestrado Interinstitucional, UFPE/IFMT, 2013.

GONDINHO, S. **Reeleição de prefeitos e desempenho da gestão da alimentação escolar: uma avaliação de municípios brasileiros**. 39 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração, FUCAPE Pesquisa e Ensino Limitada, 2019.

GUARNIERI, F. A força dos partidos "fracos". **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235–258, 2011.

GUARNIERI, F. **A força dos partidos fracos: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral**. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2009.

GUARNIERI, F. Organização, estratégia e desempenho partidário nas eleições municipais paulistanas de 2016. **Rev. Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 17-42, jan./jun. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial Brasileira**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-territorial.html>>. Acesso em 09 de maio de 2023.

importam? **Opinião Pública**, SciELO Brasil, v. 17, n. 2, p. 271–303, 2011.

JACOBSON, G. C. Strategic Politicians and the dynamics of U.S. House elections, 1946-86. **American Political Science Review**, vol.83, n.3 sep., 1989.

JORGE, V. L. Participação eleitoral, partidos e candidatos nas disputas pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992 a 2000. **Alceu**, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, pp. 168-190, jan./jun., 2004.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, Sage Publications 6 Bonhill Street, London, EC2A 4PU, UK, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.

KERBAUY, M. Coligações e Federações partidárias. In: Eleições 2022: expectativas e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, maio 2022.

KERBAUY, M. Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 13, nº 53. São Paulo, 2008.

KERBAUY, M. O papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral: as eleições de 2012. In: LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara (orgs.). **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

KERBAUY, M.; DIAS, A. Eleições municipais brasileiras de 2016: mudança ou continuidade? **Anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS**, Caxambu-MG, out., 2017.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: Federações Partidárias ou partidos nacionais. In: Perspectivas, v. 35, pp. 15-33. São Paulo, 2009.

KIRCHHEIMER, O. The Transformation of the Western European Party Systems. In: KROUWEL, A. Party organization. **Handbook of Party Politics**, ed. Katz, R. S., e Crotty, W., Londres, Sage Publications, p. 249–269, 2005.

LAPAROMBARA, J.; WEINER, M. (eds). **Political Parties and Political Development**. Princenton: PUP, 1996.

LIMA, A. **A influência da educação na reeleição dos prefeitos cearenses no ano de 2012**. 44 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, 2018.

MACHADO, A. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACHADO, M. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº. 1, pp. 159-189, jun. de 2009.

MARTINS, D.; MANSANO, F.; PARRÉ, J.; PLASSA, W. Fatores que contribuíram para a reeleição da presidente Dilma Rouseff. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, vol., 15, nº. 32, jan./abr. de 2016.

MAYHEW, D. R. **Congress: The electoral connection**. Yale University. 1974

MELO, C.; SOARES, K. Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral, **Análise Social**, Lisboa, nº 220, p. 684-719, set., 2016.

MENDES, M.; ROCHA, C. **O que reelege um prefeito?** Consultoria Legislativa do Senado Federal, Texto para Discussão nº. 7, Brasília, 2004.

MENEGUIN, F.; BUGARIN, M.; CARVALHO, A. **O que leva um governante à reeleição?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão nº. 1135, Brasília, 2005.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 4, pp. 757-793, 2007.

MORAIS, L.; KOPRIK, R. A reeleição de Deputados Federais no Brasil: uma análise a partir da Teoria dos Jogos. **Anais do 46º Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, Rio de Janeiro, dez. 2018.

NASCIMENTO, W. **Organização Partidária e Desempenho Eleitoral nas Eleições Municipais**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2020.

NETO, F. B.; SIQUEIRA, N. P.; MOREIRA, M. de P. E nas municipais, organização faz diferença? estruturas partidárias, filiados e voto nas eleições de 2012. III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013, Curitiba-PR, 2012.

NEVES, I. B. S.; CAMPOS, M. M. Comissões partidárias provisórias no Brasil: indefinições temporais e a tutela do Tribunal Superior Eleitoral. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 8, 2021.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, V. de M. Coligações nos municípios brasileiros: competição e estratégias. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (org.). **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: UNESP, 2010.

PEIXOTO, V.; LEAL, J.; SOUZA, R.; MACHADO, M. Uma análise dos determinantes da reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros em 2016. *Agenda Política*. Revista

de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, vol. 9, nº 3, pp. 86-117, set./dez., 2021.

PEREIRA, C.; RENNO, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 664-683 out./dez., 2007.

ROSA, C.; SANTOS, F.; MILANI, E. A predição da formatura e da evasão em uma universidade pública a partir de um modelo logístico. *Revista Educação UFSM*, v. 46, e. 92, pp-1-21, jan./dez. 2021.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Universidade de Brasília, 1982.

SCHLESINGER, J. A. **Political parties and the winning of office**. [S.l.]: University of Michigan Press, 1994.

SILVA, B. A Organização Partidária nos municípios brasileiros. 84 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2017.

SILVA, F.; BRAGA, M. Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, nº. 40, jan./jun., 2013.

SILVA, M.; NASCIMENTO, J.; SILVA, J.; SIQUEIRA, J. Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros. *Revista Globalizacion, Competitividad Y Gobernabilidad*, v. 13, p. 87-100, 2019. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3540181](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3540181)>. Acesso em 09 de mai de 2023.

SILVA, R. G. **Coligações eleitorais no nível municipal: atores, racionalidade, estratégias e recursos**. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

TEIXEIRA, M. Negociação política e as formas de interação Executivo Legislativo no Brasil no período de 1983 a 1992. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, vol. 9, nº 40, jul., 2004.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mudanças nas Eleições 2020: fim das coligações para os pleitos proporcionais**. Brasília, 19 de out. de 2020.

VEIGA, L.; SANTOS, S.; NEVES, D. Como a avaliação do governo local, a imagem dos candidatos e a configuração da disputa influenciam na reeleição do prefeito: Evidências de oito capitais no Brasil, 2008. **Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR - Opinião Pública, Democracia e Novas Tecnologias: Interações e desafios**. Belo Horizonte, mai. de 2011.

WOLINETZ, S. B. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. **Political parties**: Old concepts and new challenges, Oxford University Press Oxford, p. 136–165, 2002.